



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA

IRAMAIA BRUNO SILVA LUSTOSA

**PERCEÇÃO DO EFEITO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, EM
FORTALEZA, CEARÁ.**

FORTALEZA – CEARÁ

2011

IRAMAIA BRUNO SILVA LUSTOSA

**PERCEPÇÃO DO EFEITO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, EM
FORTALEZA, CEARÁ.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da
Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre.

Orientador:

Prof^ª Dr^ª Nadia Tavares Soares

FORTALEZA – CEARÁ

2010



Governo do Estado do Ceará
Universidade Estadual do Ceará
Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública



Título: PERCEPÇÃO DO EFEITO DA PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, EM FORTALEZA, CEARÁ.

Nome: Iramaia Bruno Silva Lustosa

Defesa em: 05 / 01 / 2011

Conceito Obtido: _____

Banca Examinadora

Profª Drª Nadia Tavares Soares
Orientadora

Profª Drª Maria Salete Bessa Jorge
Universidade Estadual do Ceará – UECE
1º Membro

Profª Drª Marlene Maria Marques Ávila
Universidade Estadual do Ceará – UECE
2º Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às mães beneficiárias do Programa Bolsa Família, *Sorvete, Tapioca, Peixada, Panelada, Salada de Fruta, Peixe Frito e Abacaxi*, que com carinho e gentileza aceitaram participar do estudo. Elas são a personificação exata da brava gente brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecer por uma obra concluída é sempre lembrar com justiça os acontecimentos do caminho. Muitos foram aqueles que fizeram muita diferença, poucos deverão ser esquecidos. Se o espírito de agradecimento é a chama da melhor oração, então, o princípio é uma fácil escolha.

Agradeço ao Senhor da Vida, sem Ele nem sequer pensar eu poderia. Esteve comigo o tempo todo, naquele espaço vazio indescritível, entre o estímulo e a resposta

A mim, por tanto teimar em conhecer a dor e a delícia do “ser” porque é aqui onde tudo começa.

Ao meu pai, de quem com certeza herdei o sonho. À minha mãe de quem copiei as raízes imbricadas no chão.

Aos meus filhos Bruno e Eduardo, por me darem a oportunidade de sentir este amor incondicional e que, de tanto sentir, ele se espalhou a tudo o que me rodeia, inclusive a este trabalho.

À minha doce e inesquecível professora Isaura Miranda Botto, que colocou a escola em mim, fazendo-me conhecer em tenra idade o doce deleite de aprender a aprender.

A todos os professores fantásticos que vieram depois. Cada um deixou em mim um pouco do que eram. Especialmente às professoras Derlange Belizário Diniz, amiga, mestre e orientadora de muitos trabalhos e, Márcia Moura Fé pela

delicadeza, amizade e companheirismo. Ao professor Pádua Valença, pelo otimismo e incentivo à pesquisa.

À minha prezada orientadora, professora Nadia Tavares Soares, por toda a contribuição inestimável a este trabalho, por sua clareza de raciocínio e inteligência. Agradeço a sua paciência e acolhimento nos momentos mais difíceis.

À professora Maria Salete Bessa Jorge, meu agradecimento por acender em mim a paixão pela pesquisa qualitativa, por sua visão de mundo e seu amor pela pesquisa, por sua dedicação à formação de tantas pessoas e, por aceitar participar desta defesa.

À minha querida professora Marlene Maria Marques Ávila por seu amor à Saúde Pública e sua capacidade de inserir seus alunos no contexto real da saúde no Brasil e, por aceitar participar desta defesa.

A todos os professores do Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública (CMASP) da UECE por tanta dedicação e compromisso com a formação de mestres do Ceará, especialmente aos professores, Francisco José Maia Pinto, José Jakson Coelho Sampaio, Marcelo Gurgel Carlos da Silva, Lúcia Conde de Oliveira, Maria Irismar de Almeida e Sandra Maia Farias Vasconcelos

Aos meus queridos amigos, sem os quais nada disto teria sido tão perfeito, cada um com seus encantos, Nataly Gurgel, Fernando Brito, Juliana Sampaio, Martha Suellen, Daniele D'Ávila e todos os demais.

Aos funcionários do CMASP, especialmente Mairla, Cláudia e Maria, por toda a dedicação, gentileza, alegria e eficiência.

O animal satisfeito dorme...

Guimarães Rosa

RESUMO

A pobreza e a fome tem sido objeto de estudo e de formulação de políticas públicas em vários países do mundo. No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui eixo principal de determinação das ações. Como medida emergencial na mudança das condições de vida e saúde das famílias vulneráveis, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF se caracteriza pela transferência de renda e cumprimento de condicionalidades, vinculadas às áreas de educação e saúde, tendo como objetivo promover a garantia do direito à alimentação saudável e a emancipação social das camadas marginalizadas da sociedade brasileira. Este estudo pressupõe que as famílias inseridas no PBF tiveram insegurança alimentar e nutricional ou fome em algum momento de suas vidas e, por isso, podem trazer importantes revelações em relação a um outro pressuposto: os beneficiários do PBF passaram a ter melhores condições de vida e alimentares e, conseqüentemente, maior segurança alimentar e nutricional, considerando que a renda extra deveria melhorar o acesso às necessidades básicas e alimentos. O objetivo do estudo foi analisar a percepção sobre o efeito do programa de transferência de renda condicionada nas condições de vida e situação alimentar e nutricional de famílias beneficiárias no município Fortaleza, Ceará. A abordagem metodológica é qualitativa e os métodos escolhidos para a coleta e análise das informações foram o grupo focal e a análise de conteúdo. Foi feito um grupo focal com oito participantes, escolhidos intencionalmente entre os residentes da região administrativa. Secretaria Executiva Regional IV, de Fortaleza, que fica no entorno da Universidade Estadual do Ceará. Para isto foi consultado o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com autorização prévia da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e anuência da Escola Giuliana Gali, instituição da comunidade onde as participantes foram convidadas. Os achados revelaram três categorias e onze subcategorias. As categorias foram Conceito do PBF, Segurança Alimentar e Nutricional Domiciliar e Insegurança Alimentar e Nutricional Domiciliar. Dentro da categoria Conceito do PBF revelaram-se as subcategorias *Ajuda/auxílio*, *Condicionalidades* e *Beneficiário*. Na categoria Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram encontradas as subcategorias *Poder de compra*, *Consumo de Alimentos* e *Estado nutricional*. Na Categoria Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) emergiram as subcategorias *Valor do Benefício*, *Duração do programa*, *Estrutura familiar* e *Subemprego/desemprego*. Os principais resultados mostram que as beneficiárias percebem o PBF como uma pequena ajuda, transitória e condicional e que ser beneficiária significa, a princípio, ser pobre, para a inserção no programa e posteriormente, estar em uma posição mais confortável no seu contexto social. Houve melhoria na situação de insegurança alimentar e nutricional pelo aumento do poder de compra, que viabilizou o consumo de produtos, serviços e mais alimentos. Houve também aumento de ganho de peso entre as entrevistadas e seus dependentes, embora este resultado não tenha sido exclusivamente atribuído ao PBF. A oferta de alimentação por uma escola filantrópica do bairro foi considerado fator relevante na questão. A situação de INSAN é fortalecida pelo pequeno valor monetário do benefício, pelo medo do fim do programa, por se tratar de famílias numerosas ante poucos recursos financeiros e por não terem acesso a empregos formais com garantias trabalhistas e salários compatíveis. Concluiu-se que o PBF causou impacto de diferentes formas na vida das beneficiárias do estudo e na (In)Segurança Alimentar e Nutricional, no que tange ao acesso domiciliar a alimentos. Entretanto, a discussão sobre melhorias no consumo alimentar não surgiu espontaneamente no grupo. Os pressupostos do estudo se confirmaram, sendo que o acesso aos alimentos não é uma prioridade, uma vez que as beneficiárias têm necessidades diversas para uso da renda do PBF. Se a prioridade fosse dada aos alimentos, necessidades básicas essenciais estariam comprometidas.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Grupo Focal.

ABSTRACT

PERCEPTION OF THE IMPACT OF THE FAMILY GRANT PROGRAM IN THE SECURITY AND NUTRITION FOR FAMILIES IN FORTALEZA- CEARÁ.

Poverty and hunger has been the object of study and public policy formulations in countries around the world. In Brazil, the Food and Nutrition Security (FNS) is the primary hub for determination of actions. From this perspective, as an emergency to measure in the change of living conditions and health of vulnerable families, has created the Family Grant Program. The PBF is characterized by the transfer of income and fulfillment of conditionalities linked to the areas of education and health, aiming to promote the guarantee of the right to healthy eating and social emancipation of the marginalized sectors of Brazilian society. This study assumes that the families included in the PBF had food and nutrition insecurity or hunger at some point in their lives and, therefore, can provide important insights in relation to another assumption: *Family Grant Program* beneficiaries now have better food and therefore improved food security and nutrition, considering that the extra income should improve access to food. The objective of this study was to examine the perceived effect of the program of conditional cash transfer in the food and nutrition situation of beneficiary families in Fortaleza- Ceará. The methodological approach is qualitative and the methods chosen for data collection and analysis of information were focus groups and content analysis. It was made a focus group with eight participants, intentionally chosen among the residents of the administrative region of Fortaleza residents in the vicinity of the State University of Ceará. For this we have consulted the Unified Register of Federal Government Social Programs (CadÚnico), with prior approval of the Municipal Social Welfare - SEMAS and consent of Giuliana Gali School, the community where the participants were invited. Findings revealed three categories and eleven subcategories. The categories were Concept PBF, Food Security and Nutrition and Household Food Insecurity and Nutrition Household. Within the category Concept Family Grant Program proved subcategories: Help / Aid, Conditionality and Beneficiary. In the category Food Security subcategories were found purchasing power, Food Consumption, Nutritional status (Giuliana Gali School) and Complex Feelings (shelter, security, insecurity). And in Category Food Insecurity and Nutritional were studied subcategories Income, Length of program, Large family and underemployment / unemployment. The supply of food for a charity school in the neighborhood was considered a relevant factor in question. The situation is strengthened by food and nutrition insecurity small monetary value of the benefit, and fear of the end of the program, because it is against large families and meager financial resources because they lack access to formal jobs with wages and labor guarantees compatible. There was improvement in the situation of food insecurity and nutrition by increasing purchasing power, which enabled the consumption of products, services and more food. There was also increased weight gain among the interviewees and their dependents, although this result has not been exclusively assigned to the Family Grant Program. The main results show that the beneficiaries perceive the Family Grant Program as a little help, temporary and conditional and that means be a beneficiary, in principle, be poor, to the inclusion in the program and then be in a more comfortable position in their social context. It was concluded that the *Family Grant Program* had an impact in different ways and quality of life of the beneficiaries of the study, including the Food Safety and Nutrition. The assumptions were confirmed, but in relation to access to food the highlight was not confirmed different priorities for use of the income of Family Grant Program.

Keys- words: Family Grant Program, Food and Nutritional Security, focus group.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Evolução do PBF em relação ao número de famílias beneficiadas, orçamento, critério de elegibilidade e valor do benefício. Brasil, 2003-2009.....	35
QUADRO 02 - Estudos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional com pesquisa qualitativa	51
QUADRO 03 - – Percepção do efeito do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Categorias e subcategorias a partir do Grupo Focal, Fortaleza, Ce, 2010.....	76

LISTA DE SIGLAS

PBF – Programa Bolsa Família

OMS – Organização Mundial da Saúde

FAO – Food and Agriculture Organization

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

PFZ – Programa Fome Zero

PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostras Domiciliares

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO LITERATURA	19
2.1 A pobreza e a fome no Brasil	19
2.2 Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	24
2.2.1 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)	26
2.2.2.1 O Programa Bolsa Família	35
2.2.2.2 Principais Impactos	42
2.3 Metodologias de Avaliação em Segurança Alimentar e	47
Nutricional	
2.3.1 Método da <i>Food and Agriculture Organization</i> (FAO)	48
2.3.2 Pesquisas de Orçamentos Domésticos	59
2.3.3 Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos	51
2.3.4 Pesquisas Antropométricas	52
2.3.4 Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e	54
Fome	
3 OBJETIVOS	59
3.1 Objetivo Geral	59
3.2 Objetivos Específicos	59
4 METODOLOGIA	60
4.1 Tipo de Estudo	60
4.2 Local e Período	62
4.3 Participantes da pesquisa	63
4.3.1 Critérios de Inclusão	65
4.3.2 Critérios de Exclusão	65
4.4 Caminho Metodológico	66
4.4.1 Estruturação dos Grupos Focais	66
4.5 Análise dos dados	68
4.6 Aspectos Éticos	73
5 CONCLUSÃO	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - PLANO DE ENTREVISTA DO GRUPO	116
FOCAL	
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	117

ESCLARECIDO**ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA 118****ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA 119****MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS**

1 INTRODUÇÃO

A pobreza, condição promotora da fome e da vulnerabilidade nutricional, tem sido objeto de estudo e de formulação de políticas sociais de enfrentamento, ao longo da história da humanidade (BRASIL, 2010a).

As políticas sociais centradas na questão da fome podem ser definidas como um subconjunto das políticas públicas. As ações implementadas a partir das políticas definem o tipo de perfil da rede de proteção social desenvolvido por cada poder público. Algumas destas políticas sociais promovem as distribuições de benefícios, com o objetivo de minimizar as desigualdades nascidas e fermentadas no processo histórico-econômico e social de responsabilidade de cada Estado (CASTRO *et al*, 2009).

No Brasil, a busca de soluções para a problemática da fome e da pobreza extrema tem gerado estratégias com características variadas. Atualmente, na formulação das políticas públicas que objetivam atuar neste cenário, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem sido posta como eixo principal de determinação das ações (PEREIRA, SANTOS, 2010).

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis
(CONSELHO...,2004, p.5).

Nesta direção, o poder público tem desenvolvido algumas intervenções positivas, representando inovações nas políticas sociais brasileiras, com a introdução de ações importantes como a descentralização, a articulação entre os

programas existentes, assim como a busca de maior participação dos movimentos sociais, entendendo que esta é a única estratégia viável de sucesso na implementação das ações que gerem resultados positivos (PEREIRA, SANTOS, 2010).

Como medida emergencial, a principal estratégia de mudanças nas condições de vida e saúde das famílias em situação de pobreza e fome foi criado no Brasil o Programa Bolsa Família (PBF), no bojo do Programa Fome Zero (PFZ), implantado em 2003 pelo governo Luis Inácio Lula da Silva. O PFZ apresenta como proposta ações, tanto emergenciais, como estruturantes, visando promover a garantia do direito à alimentação saudável e a emancipação social das camadas marginalizadas da sociedade brasileira (BRASIL, 2006a).

A proposta econômica do PBF foi unificar os programas já existentes, buscando maior racionalidade administrativa e de custo. A proposta social do PBF se efetivou pela transferência de renda, caracterizando a garantia de renda mínima, mediante o cumprimento de condicionalidades vinculadas às áreas de educação e saúde, favorecendo a inclusão social, numa perspectiva emancipatória e do direito à cidadania (BRASIL, 2006a).

A renda mínima nasceu orientada pela percepção de que a “fome” existia no Brasil não pela falta de alimentos, mas pela falta de renda para adquiri-los em quantidade e qualidade adequadas. A transferência de renda veio como estratégia de enfrentamento das conseqüências fomentadoras da fome e da miséria nascidas na secular concentração de renda no Brasil (MESQUITA, 2007)

A concentração de renda no Brasil é historicamente intensa, originada em modelos econômicos-políticos equivocados. Por este motivo, políticas que garantem uma renda mínima, objetivando reduzir as diferenças, passaram a ter notória importância como estratégia de combate à pobreza (CASTRO *et al.*, 2009).

A lógica da política de *renda mínima* teve início no Brasil nos anos de 1990. Nessa década, a categoria fome foi imbuída de um conteúdo político e construída

como símbolo da desigualdade social no âmbito da sociedade civil (MESQUITA, 2007).

A partir de 1990, os programas sociais tiveram o apoio de estratégias institucionais para melhorar a garantia de acesso dos segmentos mais pobres e vulneráveis da população, principalmente no que se refere às políticas de combate à pobreza e foi neste contexto que as políticas de transferência de renda para famílias brasileiras em situação de risco ganharam espaço nas ações governamentais (SENNA *et al*, 2007).

O programa Bolsa Família teve como estratégia econômica minimizar as sobreposições de programas sociais com transferência de renda, tais como os quatro programas federais pré-existentes, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação (BRASIL, 2006a).

No que se refere ao cumprimento dos objetivos do PBF, somente após a publicação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, estudos interpretativos começaram a surgir sobre o impacto ou a eficiência do PBF na vida dos beneficiários e como o mesmo interferiu na redução das desigualdades sociais, na redução da fome e da extrema pobreza (SOARES *et al*, 2006). Alguns resultados evidenciaram que o PBF apresentou maior efeito nos indicadores de indigência do que nos de pobreza, mostrando melhores escores em áreas rurais do nordeste (ROCHA, 2008).

O Município de Fortaleza- Ceará ainda não possui um diagnóstico situacional que revele o impacto do PBF na população atendida pela rede de proteção social básica. Tampouco possui estudo local sobre a percepção dos indivíduos beneficiados sobre o PBF e sobre seu efeito na sua situação alimentar e nutricional e vida em geral.

O presente estudo se pretendeu buscar informações sobre a percepção dos beneficiários a cerca das repercussões do benefício do PBF, no que se refere às modificações em suas vidas, enfatizando aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional das famílias.

Há algumas questões a serem analisadas nesta pesquisa. A saber, as famílias inseridas no Programa Bolsa Família vivenciaram em algum momento em suas vidas a insegurança alimentar e nutricional ou a fome e, por isso, podem trazer importantes revelações em relação ao segundo pressuposto; a renda transferida ofereceu melhoria nas condições materiais dos beneficiários do PBF; a melhoria nas condições materiais possibilitaram modificações alimentares e, conseqüentemente, maior segurança alimentar e nutricional, uma vez que a renda extra pode minimizar o problema de acesso a alimentos.

Assim, o estudo questionou como as famílias beneficiárias percebem o PBF e se houve e quais foram as mudanças ocorridas no perfil alimentar e nutricional de seus membros e na segurança quanto à compra de alimentos.

Acredita-se que esta problematização pode contribuir para avaliação do PBF em Fortaleza e subsidiar a definição de estratégias e a elaboração de projetos, programas e ações que visem a realização da segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Contribuições também são esperadas na definição da estrutura e funcionamento do Sistema Municipal de Segurança Alimentar, tendo a visão dos beneficiários como argumento.

O presente estudo divide-se em quatro seções A primeira revisa o cenário da fome e da pobreza no Brasil, buscando subsidiar o entendimento da insegurança alimentar e a necessidade proeminente das políticas públicas de enfrentamento, suas características e desdobramentos em políticas sócias e de segurança alimentar

Na segunda seção é apresentado o conceito de segurança alimentar e nutricional e sua inserção como eixo norteador das políticas públicas brasileiras. As metodologias de avaliação da (In)Segurança alimentar e nutricional foram apresentadas juntamente com alguns estudos que a utilizaram para avaliar os efeitos da políticas pública no Brasil.

A terceira seção mostra os procedimentos metodológicos adotados na aplicação da pesquisa, o processo de avaliação escolhido e situar o campo de estudo.

E quarta seção apresenta os dados qualitativos obtidos através do método de grupo focal e análise de conteúdo categorial temática, cabe destacar que foram extraídas três categorias e onze subcategorias, que serão posteriormente apresentadas e discutidas.

Apesar da maioria dos resultados e análises estar contida nesta seção, muitas informações que corroboram os pressupostos apresentados e auxiliam a entender a importância do PBF na segurança alimentar das famílias beneficiadas estão distribuídas em todo o trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção estão contextualizadas a pobreza e sua trajetória no Brasil, as políticas sociais de enfrentamento da pobreza e da fome, com destaque para as políticas de transferência de renda, mais especificamente o Programa Bolsa Família, sua estrutura, suas características e sua influência na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos beneficiados pelo programa. São também apresentadas as metodologias mais utilizadas na avaliação do impacto ou situação de SAN.

2.1 A pobreza e a fome no Brasil

Segundo Josué de Castro (1969), a fome é a expressão biológica dos males sociais, ligada a distorções econômicas conhecidas como *subdesenvolvimento*. É um fenômeno universal que coloca dois terços da humanidade em sofrimento epidêmico ou endêmico. Há muito já se tem entendido que a fome não é um produto da superpopulação do mundo, ela já existia antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra mundial. Passou muito tempo escamoteada, pouco divulgada, escondida como um flagelo, cujo enfrentamento foi postergado até o limite da razoabilidade. A fome era e continua sendo um assunto delicado para os governantes.

O início da mudança de entendimento e reconhecimento da fome como grave problema de saúde pública somente ocorreu após as duas grandes guerras mundiais, por provocarem a morte, por fome, de 12 milhões de pessoas. A partir daí, a problemática da fome passou a ser encarada com um pouco mais de objetividade. O registro deste enorme contingente de perdas de vidas por inanição, trouxe à discussão política a semelhança entre o pós-guerra e a insegurança à qual estão submetidos milhões de pessoas no mundo. (BONFIN, 2000).

Josué de Castro foi o pioneiro em afirmar que existem duas maneiras de morrer de fome: não comer nada e definhando vertiginosamente para a morte, ou comer de maneira inadequada e entrar em carências ou deficiências específicas, capazes de

provocar um estado de vulnerabilidade a doenças que também podem levar à morte. A fome crônica, ou a fome parcial, com manifestações clínicas pouco sentidas, é mais grave que a fome aguda e total porque vulnerabiliza inúmeras famílias silenciosamente (JOSUÉ DE CASTRO, 1967)

A fome no Brasil é endêmica, sua explicação é de natureza econômica e política, ou seja, não tem origem em calamidades ou em um regime de extrema escassez, mas sim da falta de recursos financeiros de grande parte da população para a compra de alimentos, caracterizando-se aqui a dificuldade ou a nulidade de acesso a alimentos. (BONFIM, 2000)

De acordo com Williams (2007) a trajetória da pobreza é multifacetada. Antes, era vista como natural e com raízes no divino. O pobre tinha seu lugar numa hierarquia estabelecida e fazia parte de um sistema complexo no qual ele era protegido por laços familiares e pela igreja. De uma forma ou de outra a pobreza nesta época não significava necessariamente a fome. A comunidade assumia a responsabilidade por todos os seus membros. O pobre era parte integrante da comunidade. Posteriormente, o pobre passou a ser estigmatizado, visto como culpado por sua condição, ser pobre significava a existência de uma falha de caráter. A rede de proteção anterior se rompeu e o pobre passou a conhecer a escassez de alimentos, a fome.

Malaquias Filho (2003) afirma que a pobreza é um mal sistêmico no Brasil e nos países com características semelhantes, cuja estrutura econômico-social propicia a desigualdade de renda em proporções gigantescas. Milhões de pessoas estão situadas abaixo linha da pobreza¹, e mais da metade delas formam o estrato de indigência².

¹ Linha da pobreza - é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos *per capita* (menos de um dólar por dia) e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza (UGÁ, 2004).

² Estrato de indigência - lares que não contam com rendimentos suficientes como para cobrir uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer as necessidades básicas de alimentos durante um período(UGÁ, 2004).

Felizmente, nas últimas três décadas, a proporção de brasileiros abaixo da linha da pobreza vem diminuindo. Na década de 1970, a queda decorreu do crescimento econômico, com a inclusão de novas regiões, antes marginalizadas, na economia de mercado e a redução substancial da renda zero e do êxodo rural. E, a partir de 1980, apesar da crise econômica mundial, houve também uma redução no número de pobres no Brasil (UNIVERSIDADE..., 2003).

Na área de Nutrição, entre 1984 e 1988 funcionaram cinco programas sociais relacionados a alimentos, a saber, Programa de Alimentação Popular (PAP), Programa Nacional do Leite (PNL), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Nutrição e Saúde e Programa de Complementação Alimentar (PCA). Apesar de sua importância imediata diante do flagelo social da fome, estes programas reforçaram o clientelismo histórico no Brasil. Predominou, por parte dos beneficiados, a interpretação de que as ações governamentais são um favor, em detrimento do direito à cidadania (BARRETO, 1988: *passim* *apud* BONFIM, 2000).

Na década de 1990, com o crescimento e a estabilidade econômica e a política social mais presente, transparente e melhor coordenada, a redução da pobreza foi mais expressiva. No entanto, a proporção daqueles que passavam fome continuava elevada, especialmente ao se considerando que países com a renda *per capita* menor que a do Brasil possuíam menor número de pobres. Isso confirma que a alta proporção de pobreza no Brasil tem explicação na elevada desigualdade de renda. Este cenário sugeria que pequenos avanços na melhoria de distribuição de renda poderiam fazer grande diferença na redução da pobreza. (UNIVERSIDADE..., 2003).

Com o *impeachment* do Presidente Collor (1992), Itamar Franco chegou à Presidência da República. No contexto da intensa movimentação social e política do momento, em 1993, surgiu a Campanha da Ação da Cidadania contra a fome e a miséria e pela Vida, inspirada e liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, dando visibilidade e destaque aos milhões de miseráveis no Brasil. Neste mesmo período surgiu o Instituto

de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que divulgou os Mapas da Fome I, II, III, revelando a existência de 32 milhões de brasileiros famintos

Com a pressão da sociedade civil organizada e reconhecendo o círculo vicioso formado pela pobreza, fome, miséria, violência e falta de cidadania, o governo federal, em parceria com a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, elaborou dois instrumentos para auxiliar na construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PASQUAL, COSTA, 2004?). A política assumiu compromissos governamentais articulados com base nos princípios de parceria, solidariedade e descentralização, intitulado Plano de Combate à Fome à Miséria (publicado em abril de 1993).

Entre as ações implementadas aconteceu a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993, como órgão de aconselhamento da Presidência da República, composto por oito Ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, dos quais 19 indicados pelo Movimento Ética na Política.

Com essas intervenções articuladas a fome passou definitivamente ao cerne de discussões especializadas a cerca da segurança alimentar e nutricional (BONFIM, 2000).

O CONSEA representou uma inovação no enfrentamento do problema da fome e da miséria, principalmente quanto à forma de participação da sociedade. Entretanto, foi vítima de muitos entraves justamente pela sua natureza consultiva e não executiva, dependendo sempre da ação estatal, que muitas vezes impossibilitou ações fundamentais e a problemática da fome exige a celeridade de ações dos diversos setores da vida nacional (BONFIM, 2000)

A problemática da fome envolve a criação e implementação de políticas sociais inovadoras e independentes, o que não se caracterizou na primeira versão do CONSEA. As ações advindas das instituições desta natureza devem poder incorporar

a redistribuição de renda, sendo necessária, entretanto, a assistência aos grupos incapazes de sustentação produtiva, respeitando o direito à sobrevivência, o assistencialismo deve ser rechaçado, uma vez que é totalmente descompromissado com mudanças estruturais de erradicação do problema (BONFIM, 2000).

Na história do Brasil, as políticas sociais se revezaram, repetiram e se sobrepuseram na tentativa de solucionar o problema da fome e da miséria. No Governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o tema de a Segurança Alimentar e Nutricional não foi mais considerado o eixo estratégico de desenvolvimento social para o Brasil. Aconteceu neste período a criação do Programa Comunidade Solidária e a extinção do CONSEA. A extinção do CONSEA significou a eliminação de um mecanismo de controle social e representou a “opção do governo por um modelo de Estado Moderno, cuja razão era a garantia de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico privado liderado pelo mercado, segundo as regras do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (PASQUAL, COSTA, 2004?; VALENTE, 2004).

Em 2003, no governo do presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, o CONSEA, foi recriado a partir da Medida Provisória nº 102 de 1º de janeiro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003, constituindo-se em um órgão de caráter consultivo e de assessoria imediata ao Presidente da República, tendo como objetivo propor as diretrizes gerais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, projetos e ações prioritárias da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo indicações de prioridade e a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional, estando, desta forma intimamente ligado às políticas de combate à fome e à miséria (VASCONCELOS, 2005).

Na seção a seguir são apresentadas as atuais políticas nacionais de combate à fome e à miséria, discorrendo sobre as políticas nacionais de segurança alimentar e

nutricional, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e políticas de transferência de renda no bojo do Programa Fome Zero (PFZ). Acredita-se que as subseções forneçam um pano de fundo para melhor discussão do enfrentamento da fome e da segurança alimentar e nutricional pelas políticas e programas nacionais.

2.2 Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A Constituição Federal de 1988, ao viabilizar a construção da rede de proteção social, determinou o marco inicial da garantia dos direitos de cidadania e do processo de redemocratização, que foi precedido por intensa discussão e envolvimento político de vários setores. No que se refere ao direito à cidadania a Constituição de 1988 expressou fortemente a responsabilidade do Estado na garantia do direito à cidadania, no compromisso com a democracia direta por meio do exercício do controle social, e no fortalecimento dos municípios por meio da descentralização (CUNHA, 2008).

Não há como desvincular os conceitos de cidadania, democracia e direito à uma vida digna. Isso pressupõe o direito a bens indispensáveis à sobrevivência, sem os quais a vida não é viável. Existe um relativo consenso de que não há vida digna nem auto-respeito nem possibilidade de exercício das capacidades individuais e coletivas sem que determinadas condições físicas estejam satisfeitas. O questionamento dos estudiosos do assunto gira em torno de quais condições seriam estas. Elas seriam apenas satisfazer a fome, a sede, abrigar-se? Afirma-se que não porque estas são apenas a satisfação das necessidades biológicas, em que admiti-las como suficientes seria nivelar os humanos aos animais. As necessidades humanas envolvem entre outros aspectos como os psicológicos, culturais e sociais (MESQUITA, 2007).

Neste entendimento a alimentação é apenas a condição básica da vida e o direito humano à alimentação adequada torna-se entre os outros aspectos acima

identificados, indispensável para a interpretação do homem como cidadão detentor de direitos e deveres (ROCHA, 2008).

Esta concepção esteve presente nos idealizadores da Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974, onde foi defendido inequivocamente o direito incondicional e inalienável de todos os seres humanos à alimentação adequada. No Fórum Mundial de Alimentação (1996) os governos recepcionaram o conceito de Segurança Alimentar com a erradicação da fome e a perspectiva de redução do contingente de desnutridos no mundo até 2015. O cenário atual aponta que as metas não serão alcançadas, a menos que se coloque a Segurança Alimentar e Nutricional na condição de política pública estruturada numa perspectiva de continuidade, e com ampla participação da sociedade e da comunidade acadêmica, com ramificações em todos os setores da vida (DOMENE, 2003).

Entende-se ainda que a criação de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional tem como base a ação conjunta entre o estado, sociedade, ambientes de produção científica e o setor produtivo (DOMENE, 2003). Ou seja, as políticas públicas de erradicação da miséria e redução da pobreza devem ser consideradas numa abordagem de compartilhamento das responsabilidades (CUNHA, 2008).

Políticas de Segurança Alimentar são estratégias dentro da proposta de desenvolvimento sócio-econômico dos países, que devem cursar sob o firme propósito de garantir e promover os direitos sociais. Essa condição se fortalece no cenário brasileiro porque a produção nacional de alimentos é muito expressiva e porque, contraditoriamente, uma também expressiva parte da população está privada da segurança alimentar e nutricional (MENEZES, 2006).

Políticas públicas devem ser implementadas com caráter participativo, despertando a consciência de direitos nos seus beneficiários e dentro da perspectiva da responsabilidade compartilhada. Um marco histórico na construção de condições de

segurança alimentar e nutricional no Brasil foi a elaboração e aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, fundamentada no direito humano à alimentação e na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), segundo Menezes (2006), sobre a qual discorre-se a seguir.

2.2.1 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)

Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) representou uma conquista da legitimação de ações na área de segurança alimentar e nutricional dentro da Política Nacional de Saúde. Foi construída com a contribuição de vários setores da vida nacional, pela participação ativa da sociedade civil em seus muitos segmentos, instituições governamentais e não-governamentais atuantes no campo de conhecimento da alimentação e nutrição (REDE ..., 2009).

A PNAN foi aprovada em 1999, confirmando o compromisso do Ministério da Saúde em desenvolver ações no sentido de resolver os problemas relacionados à fome e a pobreza, gerados pela falta de acesso aos alimentos ou pela ingestão inadequada de nutrientes, atestadas pelo quadro já secular de desnutrição infantil e materna e pelos atuais dados de prevalência de sobrepeso e obesidade no Brasil (BRASIL, 2003).

As diretrizes programáticas da PNAN têm como eixo direcionador a Direito Humano à Alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional, são elas o estímulo a ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos, a garantia da segurança e qualidade dos alimentos, o monitoramento da situação alimentar e nutricional, a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, a prevenção e controle dos distúrbios e doenças nutricionais, a promoção do desenvolvimento de linhas de investigação, e o desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em saúde e nutrição (BRASIL, 2003).

A implementação das diretrizes da PNAN e sua interação mostram que as ações para garantir a segurança alimentar e nutricional estão além do universo que resume o setor de saúde, configurando-se em um caráter intersetorial, especialmente quanto à produção e ao consumo, que envolve a capacidade de compra de alimentos pela população e seu critério de escolha desses alimentos (SECRETARIA..., 2000).

As políticas de enfrentamento da pobreza como as de transferência de renda por si só não garantem a inclusão dos indivíduos vulneráveis em uma situação de maior segurança alimentar se não forem acompanhadas pelas políticas educativas quanto à alimentação saudável e por programas de desenvolvimento econômico das famílias (SECRETARIA..., 2000).

Alguns outros desafios permanecem, tais como articulação entre orçamento e gestão e a construção de um sistema de monitoramento integrado. Mesmo que a intersetorialidade avance no âmbito formal, na prática, outras dificuldades se impõem, tais como diferenças de valores e idéias, a distribuição de recursos humanos, financeiros e políticos, bem como, a disposição para reordenar os processos de trabalho e o tempo que isto demanda. Estas imposições, entretanto, tendem a diminuir quando os setores envolvidos visualizam que interesses comuns podem ser reciprocamente, satisfeitos com as ações implementadas. Colocada assim, uma política pode ser formatada sob determinadas condições materiais, a partir de alianças de diferentes atores sociais com suas capacidades e especificidades também distintas e influenciadoras do processo decisório de idealização, construção e implementação de políticas públicas (SENNA *et al*, 2007; BURLANDY, 2009).

No Brasil, seguindo uma tendência mundial, as políticas públicas de segurança alimentar tiveram um avanço expressivo nos últimos anos, tendo sido criados programas de transferência de renda, no bojo da formatação das estratégias de combate à fome. É importante salientar que muitos estudos afirmam que a renda transferida é destinada com prioridade à compra de alimentos, caracterizando-se como importante instrumento de realização do direito humano à alimentação (MENEZES, 2006).

2.2.2 Políticas de Transferência de renda: experiência brasileira e outras na busca da realização da Segurança Alimentar e Nutricional

A pobreza na América Latina ultrapassa os 35% da população, representando cerca de 190 milhões de habitantes. Destes, cerca de 12,7% (69 milhões de pessoas) vivem abaixo da linha da pobreza, sendo considerados indigentes. Apesar das estatísticas mostrarem diminuição nos indicadores, ainda há enorme quantidade de indivíduos em sérias dificuldades de sobrevivência. Segundo Dulci (2009). No Brasil, os resultados de alguns estudos de avaliação sinalizam uma sensível redução nos níveis da pobreza no Brasil, tomando-se como indicador a modificação positiva da renda (BRASIL, 2010a).

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) informou que ocorreu uma redução de 9,8% no nível de pobreza da população latino-americana (GARSCHAGEN, 2007).

Os Programas de Transferência de Renda constituem importante política pública no Sistema de Proteção Social do Brasil, à medida que são executados conjuntamente com outras Políticas Sociais, e não somente com repasse de recursos financeiros à população que se encontra excluída socialmente. Salienta-se que esse tipo de programa público torna-se de extrema relevância, embora seja pertinente destacar que há dois tipos de orientação na sua intervenção: ser apenas distribuidor de recursos monetários, de uma forma compensatória e residual, ou, decididamente, implantar programas de transferência de renda redistributivos, orientados pelo critério da cidadania universal (MOURA, 2009).

Os efeitos de programas de transferência de renda condicionada sobre as desigualdades no Brasil, assim como no Chile e México foram apontadas a partir dos anos de 1990. O programas parecem ter contribuído para a diminuição das desigualdades econômico-sociais, embora sejam responsáveis por pequena parte da

renda nos países estudados, a exemplo do Brasil e México – cerca de 1% e, em torno de 0,1% no Chile. Contudo, o fato de se tratar de programas focalizados essa contribuição representa uma redução da pobreza por volta de 21% no Brasil e México e, cerca de 15% no Chile (SOARES *et al.*, 2007).

Os programas de transferência de renda atrelaram-se desde o início de sua efetivação ao desenvolvimento social, que por sua vez originou-se da remota concepção de assistência social, sucessiva à idéia de caridade e de filantropia, todos ineficientes na resolução do problema da pobreza e da fome. Esse conceito evoluiu para patamares mais esclarecidos, primando pela garantia da vida e o bem-estar com base na noção inequívoca de cidadania, que inclui na sua definição os direitos sociais. Igualmente, as políticas sociais, definidas como importantes instrumentos para o cumprimento das metas do desenvolvimento social, tiveram sua evolução a partir de medidas assistenciais periféricas para políticas compensatórias mais ousadas (MATEI, 2009).

As políticas sociais compensatórias chegam até mesmo a abordagens estruturantes com a integração das ações, unindo diversas áreas da intervenção do governo. Atualmente, está em discussão a diretriz intersetorial ou seja do compartilhamento de ações na área da saúde, educação, habitação e assistência aos mais necessitados (DULCI, 2009).

A transferência de renda tem sido a fórmula empregada em muitas partes do mundo, desde que a Europa a instituiu no século XVI com a *Poor Law*, a lei inglesa (DULCI, 2009). Na Alemanha, Dinamarca e Holanda esta modalidade de garantia de renda mínima tem sido empregada pelo Estado desde a década de 1960, e a partir daí para o restante do continente europeu. Na África, a transferência de renda tem o foco principal na população idosa, em crianças, principalmente naquelas órfãs de pais aidéticos. Na Ásia, mais especificamente na China, Índia, Mongólia e Bangladesh, há uma iniciativa ainda tímida mas real, de implantação das políticas de transferência de renda (SAMSON e KANIKI, 2008).

Com a característica da contrapartida dos beneficiários, as políticas de transferência de renda tem sido instituídas na América Latina, estabelecendo requisitos que objetivam colocar o capital humano em condições de mobilidade social ao longo do tempo. As experiências de alguns países influenciaram a de outros, com propostas inovadoras e ações estratégicas, no sentido de reduzir os efeitos nefastos das crises econômicas que exacerbam a pobreza e a miséria. As crises econômicas intensificam a importância dos sistemas de transferência de renda e as estratégias sociais de sobrevivência (DULCI, 2009).

No início do século XX, os sistemas de proteção social reduziam-se apenas ao acesso à previdência com as aposentadorias e pensões e a serviços de saúde, com insuficiência de cobertura à população, pois somente os indivíduos formalmente inseridos e, regularmente contribuintes, no mercado de trabalho eram contemplados. Os demais ficavam marginalizados. Esta característica dos sistemas de proteção social latino-americanos os coloca como segmentados e potencializadores de desigualdades sociais (DULCI, 2009).

Na década de 1980, segundo Hober (1996) *apud* Dulci (2009) apenas seis países tinham suas políticas de proteção social com cobertura de 60% da população dos países da América Latina, entre eles o Brasil, o restante dos países registravam indicadores bem mais insuficientes.

Os primeiros programas introduzidos, na América Latina, aconteceram no México e no Brasil, e, por este pioneirismos serviram de modelo a outros países. No México o programa instituído foi o “Oportunidades”, objetivando promover a quebra do círculo vicioso da pobreza intergeracional. A característica das políticas de transferência condicionada de renda está na perspectiva de longo prazo para a comprovação dos resultados, ou seja, somente com um período de tempo razoavelmente prolongado pode-se perceber os efeitos da renda transferida. No México, segundo Dulci (2009), os benefícios são a transferência de renda para

consumo de alimentos, os suplementos nutricionais para crianças pequenas, mulheres grávidas e nutrízes, o acesso a serviços primários de saúde e bolsas de estudos do terceiro ao 12º ano, incentivos monetários adicionais para passar da escola secundária à média e a transferência de renda para idosos

Segundo, Matei (2009?) na década de 1990, as políticas sociais fundamentadas nas transferências focalizadas de renda surgiram como enfrentamento da pobreza e da fome, destacando-se Programa Fome Zero, no Brasil, Programa Familiar, na Argentina, o Programa Família em Ação, na Colômbia, o Plano de Alimentação dos Trabalhadores, na Venezuela, o Plano Nacional de Alimentação, no Uruguai, o Programa Chile Solidário, no Chile, o Programa Local de Alimentação, no Equador e o Programa Oportunidades, no México.

É importante considerar que no Brasil existiram marcos iniciais de constituição e crescimento do sistema de proteção social, firmados nos anos 30, época em que o país migrou do modelo agro-exportador para o modelo urbano-industrial, mostrando a busca pela satisfação das necessidades da classe operária crescente (MAIOR, 2007?).

Diante do novo panorama social, onde a classe operária e demais setores da sociedade se fizeram notar pela quantidade e qualidade nas reivindicações, a Constituição Brasileira de 1988, assumindo outra dimensão, consolidou a Seguridade Social com a Previdência Social, a Política de Saúde e a Política Social, representando uma conquista no campo da proteção social. Isso reforçou a formatação da proposta brasileira de garantia de renda mínima (MAIOR, 2007?).

Surgiu em sequência o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante a renda básica de um salário-mínimo nacional a deficientes e idosos. Lamentavelmente, pela sua focalização, o BPC não abriga todas as famílias pobres, não cuidando, conseqüentemente, de outros setores igualmente basilares como a educação. Disto, evoluiu-se para a discussão da transferência de renda como estímulo à educação.

Partiu daí a idealização do programa Bolsa Escola, que além de seu objetivo inicial de garantia de renda mínima levantou questões laterais como evasão escolar, repetência, trabalho infantil, delinqüência precoce e má distribuição de renda (DULCI, 2009).

Segundo, Silva (2004), até 2003, havia expressiva diversidade de Programas de Transferência de Renda no Brasil, integrando a rede de proteção social, não somente o BPC e o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação –“Bolsa Escola”, do Ministério de Educação. Eram eles o Benefício Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social, todos do Ministério de Assistência Social, Programa Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde, Auxílio-Gás, do Ministério de Minas e Energia e Cartão Alimentação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. A análise dessa variedade dos programas de transferência de renda e a superposição da focalização fez surgir a necessidade indeclinável de unificação (SILVA, 2004).

A unificação de tais programas visava aperfeiçoar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da maximização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios (BRASIL, 2006a).

Objetivando de superar fragilidades e consolidar uma estratégia nacional de transferência condicionada de renda, o Governo Federal instituiu, em outubro de 2003, no bojo do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família, reunindo quatro programas de transferência de renda anteriores - Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação - sob gestão unificada (SENNA *et al.*, 2007).

Para contextualizar melhor o Programa Bolsa Família como uma ramificação da política de erradicação da fome no Brasil é necessário conhecer a fundamentação do Programa Fome Zero.

O programa Fome Zero foi proposto pelo Instituto da Cidadania, com a colaboração de grupos de pesquisa, ONGs, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas da área de segurança alimentar e nutricional, idealizado com base no direito humano à alimentação de responsabilidade do Estado, objetivando a formulação e implementação de uma política nacional de segurança alimentar. O programa trouxe em seu bojo a intenção de criação de políticas estruturantes, com a transferência de renda, geração de emprego, crescimento da produção nacional e a reforma agrária (YASBEK, 2004).

O programa Fome Zero deu destaque ao direito humano à alimentação como um direito reconhecidamente básico. Sua principal estratégia é a focalização no combate à fome e à extrema pobreza. Com base em critérios estabelecidos de classificação da pobreza, o programa utiliza uma metodologia que tem como base a Linha da Pobreza do Banco Mundial que classifica como pobres extremos os indivíduos que sobrevivem com menos de um dólar por dia. A partir desta classificação determinou-se o mapeamento regional da pobreza no Brasil, ou seja, o número de famílias e de indivíduos nesta situação e sua localização no mapa brasileiro (YASBEK, 2004).

Segundo Yasbek (2004), as informações acerca da pobreza extrema no Brasil, naquele ano, mostrou que mais de 44 milhões de brasileiros sobreviviam com menos de um dólar/dia e que as causas da fome no país eram a oferta insuficiente de produtos agropecuários, as dificuldades relacionadas à distribuição, intermediação e comercialização de produtos, além de problemas relacionados ao acesso, que na verdade, se constituiu um dos maiores obstáculos à erradicação da fome. A falta de acesso a alimentação segura e suficiente é decorrente da falta de recursos financeiro para a aquisição dos alimentos em quantidade e qualidade; é decorrente do desemprego e do subemprego e da má distribuição da renda nacional.

O Fome Zero, em seu documento de origem, afirma que os três problemas acima têm se revezado como obstáculos à redução da fome no mundo. Propõe a

solução da questão com a melhoria de oferta de alimentos, o barateamento dos preços e a criação de programas, emergenciais que tenha amplitude e sensibilidade suficiente para alcançar todas as famílias marginalizadas (PROJETO ..., 2002).

O projeto do Fome Zero deixou claro que no Brasil a principal causa da fome tem raízes firmes na pobreza e no desemprego. Afirma também que aumento da capacidade produtiva interna não significou necessariamente a redução de preços dos produtos alimentícios nem na melhoria do poder de compra das classes mais pobres do país. Ressalta que os países devem garantir, com suas políticas sociais e econômicas as condições necessárias para a efetivação da segurança alimentar da sua população, com articulação suficiente com a sociedade civil, com o cumprimento das atribuições específicas de cada parte (PROJETO..., 2002).

A segurança alimentar, no contexto do programa Fome Zero é colocada como responsabilidade do Estado, a partir de políticas estruturais intersectorizadas, acabando com o paradigma de que a questão da fome se resume à produção de alimentos e esta por sua vez, se refere aos setores da economia e agricultura e, que a questão nutricional está necessariamente vinculada à área da saúde (PROJETO..., 2002).

O Fome Zero enfatizou que resolver o problema da fome e da miséria é tão dramático que não pode esperar pelos resultados das políticas emergenciais, mesmo porque, na maioria dos casos, elas têm gerado desemprego, concentração de renda e pobreza. Nem tampouco o problema da fome pode ficar refém das mudanças profundas nas políticas estruturais, uma vez que seus resultados levam anos para gerar frutos e a fome segue matando a cada dia. O Fome Zero, sendo uma política de Segurança Alimentar tem a prioridade de sistematizar as ações que podem ser implementadas imediatamente e em concomitância promover as mudanças profundas necessárias à garantia do direito básico à alimentação de qualidade (PROJETO ..., 2002).

Mas, como mostrado anteriormente, os avanços obtidos nas políticas de segurança alimentar e nutricional, principalmente com os programas de transferência de renda como estratégia de combate à fome e à pobreza, ainda deixaram marcas de fragmentação e paralelismo das ações, com ineficiência de inclusão das famílias, baixa cobertura e fragilidade no controle social (SENNA *et al.*, 2007).

Mesmo diante das inconsistências, após uma trajetória de grandes dificuldades operacionais o PFZ, atende mais de 11 milhões de famílias brasileiras, cobertura quase perfeita da população carente do país. Em relação à superposição de ações governamentais, a estratégia de criação e implementação do PBF minimizou os efeitos negativos (DULCI, 2009).

2.2.2.1 O Programa Bolsa Família

Seguindo as tendências das políticas sociais brasileiras, o Programa Bolsa Família (PBF) elege a família como unidade de intervenção, com o seu direcionamento voltado àquelas em situação de pobreza ou de extrema pobreza (SENNA, *et al.*, 2007).

A pobreza caracteriza-se em situações de vulnerabilidade em que indivíduos não conseguem um padrão mínimo razoável de vida, coincidentes com o que é socialmente aceito no seu contexto e contemporaneidade. O conceito de pobreza absoluta demanda a construção de uma medida constante, invariável no tempo, das condições de vida em uma sociedade específica. A noção de linha da pobreza vem dessa mensuração, sendo ela um parâmetro que permite considerar pobres todos aqueles que se encontram abaixo desse valor mensurado (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001).

Existe outro padrão de referência a se considerar em relação à pobreza que é a linha de indigência. Segundo Rocha (2000), esta medida é calculada a partir da cesta

básica de alimentos, ou seja, determina-se com base nos requerimentos nutricionais quanto de alimentos uma pessoa deve consumir ao dia, em valores mínimos para sua sobrevivência e, com base em informações tidas em pesquisas de orçamentos familiares, a cesta de menor custo que atenda às necessidades nutricionais determinadas, sendo o valor desta cesta a linha de indigência, associada ao consumo alimentar mínimo necessário.

Em 1999, a população brasileira tinha 14% dos seus indivíduos vivendo em famílias com renda inferior à linha de indigência e, 34% com renda inferior à linha da pobreza. Deste modo, cerca de 22 milhões de brasileiros eram indigentes e 53 milhões eram pobres (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001).

Aos programas de transferência de renda no Brasil têm o pressuposto de que há um ciclo de reprodução da pobreza e que este pode ser quebrado quando filhos de famílias muito pobres deixam as ruas ou o trabalho infantil para estarem seguros na escola, recebendo para isto uma compensação financeira mais atrativa que a situação anterior. O Bolsa Família entra neste contexto uma vez que configura-se em uma inovação por se propor a proteger toda a família, representada pela mãe, além disto, oferece uma elevação do valor monetário transferido e destaca-se pela simplicidade de operacionalização (SILVA, 2004).

A linha de pobreza em valores da moeda nacional é estabelecida a partir da renda familiar, cujo valor é de, no máximo, R\$ 120 *per capita*. O Programa Bolsa Família é direcionado a dois grupos especificamente, o primeiro é aquele cujos indivíduos vivem abaixo da linha da indigência, caracterizado como renda per capita menor de R\$60,00 para os quais é transferida uma renda mensal de R\$ 50,00, podendo esse valor se aumentado em R\$ 15,00 por cada gestante, nutriz, criança e adolescente, chegando no máximo em R\$ 45,00 de acréscimo, ficando neste caso o total do benefício em R\$95,00 (SENNA *et al*, 2007).

As famílias com renda per capita entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00 têm direito ao benefício de R\$ 15,00 por cada gestante, nutriz, criança e adolescente, chegando ao valor máximo de R\$ 45,00 (BRASIL, 2006a). Estes valores foram reajustados como está explícito abaixo.

Para o ano de 2003 as metas do programa foram estipulada para a cobertura de 3,6milhões de famílias e até 2006 essa cobertura se estendeu a 11,4 milhões de famílias, o que representa em torno de 50 milhões de indivíduos, em termos gerais esse contingente de pessoas significa quase que a totalidade daquelas que viviam na época abaixo da linha da pobreza no Brasil (SILVA, 2004).

O Bolsa Família beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70) (BRASIL, 2006^a)

O Programa Bolsa Família, segundo Brasil (2006a), usa a articulação de três dimensões essenciais à superação do problema da fome e da pobreza. São elas a efetivação do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; a coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

As famílias com renda mensal equivalente a R\$ 140,00 ou menos por pessoas, devidamente registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), podem ser incluídas no programa Bolsa Família (PBF), sendo a renda *per capita* da família calculada dividindo-se o que todos moradores da casa ganham mensalmente (salários e aposentadorias) pelo número de moradores (AGUIAR, 2009).

As famílias com renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só ingressam no PBF se possuírem crianças ou adolescentes de até 17 anos. Por outro lado as famílias com renda mensal de R\$ 70,00 ou menos por pessoa, participam do PBF, não importando a idade dos membros da família (AGUIAR, 2009).

O critério de seleção do PBF usa as informações inseridas no CadÚnico, a partir da avaliação da renda *per capita* dos indivíduos, com limites definidos e com base em estudos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contando com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2006a; AGUIAR, 2009).

Os valores transferidos pelo PBF variam entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00 dependendo da renda *per capita* da família e do número de crianças e adolescentes até 15 anos de idade e de jovens com idade de 16 e 17 anos. O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente, como mostrado a seguir (BRASIL, 2006a).

Benefício Básico (BB) transfere R\$ 68,00 a famílias consideradas extremamente pobres, mais especificamente aquelas com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa. O benefício é pago mesmo que não possuam crianças, adolescentes ou jovens.

O Benefício Variável (BV), de R\$ 22,00 é pago às famílias pobres, mais especificamente aquelas com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66,00.

O benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) transfere R\$ 33,00 a todas as famílias do programa que tenham adolescente de 16 e 17 anos, condicionado à frequência na escola. O benefício é concedido até dois por família, ou seja, R\$ 66,00. A evolução dos critérios de elegibilidade, da população coberta pelo programa e do orçamento destinado podem ser observados na QUADRO 01 abaixo:

QUADRO 01 - Evolução do PBF em relação ao número de famílias beneficiadas, orçamento, critério de elegibilidade e valor do benefício. Brasil, 2003-2009.

Ano	Famílias Beneficiadas (milhões)	Orçamento (R\$) milhões	Critério Elegibilidade (Renda mensal per capita)	Valor do Benefício
2003	3,6	4,3	-	
2004	6,5	5,3	Linha pobreza extrema: R\$50 Benefício R\$ 100	Benefício Variável: R\$ 15 (0-14 anos) Benefício Fixo: R\$ 50
2005	Cerca de 8	6,5	-	-
2006	11,1	8,3	-	-
2007	Mais de 11	-	Linha pobreza extrema: R\$60 Benefício R\$ 120	Benefício Variável: R\$ 18 (0-14 anos) Benefício Fixo: R\$ 58
2008	11,3	10,5	Linha pobreza extrema: R\$60 Linha pobreza R\$ 120	Benefício Variável: R\$ 20 (0-15 anos) e R\$ 30 (16 e 17 anos) Benefício Fixo: R\$ 62
2009	12,4	12,34	Linha pobreza extrema: R\$ 70 Linha pobreza R\$ 140	Benefício Variável: R\$ 22 (0-15 anos) e R\$ 33 (16 e 17 anos) Benefício Fixo: R\$ 68

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2006^a

A contrapartida do PBF está nos compromissos a serem cumpridos pelas famílias a partir do momento em que são aceitas pelo programa. Esses compromissos são condições indispensáveis à permanência como beneficiário do Programa e são concentradas nas áreas da saúde e educação (BRASIL, 2010b).

As condicionalidades são compromissos da família e do Estado. Parte-se do pressuposto de que as famílias que não acessam os serviços básicos são mais vulneráveis, portanto, o adequado acompanhamento de condicionalidades permite a identificação de famílias mais vulneráveis entre o conjunto de famílias beneficiárias. As condicionalidades são a frequência escolar de no mínimo 85% para crianças e adolescentes com idade entre seis e 15 anos; a frequência de no mínimo 75% para jovens 16 e 17 anos; o cumprimento do calendário vacinal das crianças com idade até 6 anos; o registro do crescimento e desenvolvimentos das crianças com idade até 6 anos; realização do pré-natal de gestantes e a participação nas ações sócio-educativas para crianças submetidas ao trabalho infantil (CONGEMAS, 2008).

O monitoramento e acompanhamento das condicionalidades são, ao mesmo tempo, responsabilidades do Poder Público e ações que se inserem em políticas definidas como direitos universais pela Constituição Federal de 1988 (CONGEMAS, 2008).

As condicionalidades são compreendidas como uma estratégia de efetivar os direitos sociais pelo mecanismo de indução ao uso dos serviços de saúde, educação e assistência social. A criação de condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias como meio indispensável à permanência no PBF. O Estado assume o compromisso de assegurar a disponibilidade dos serviços de saúde, educação e assistência social. Assume também a ação de ratificar o direito de acesso das famílias mais pobres a esses serviços, famílias estas que tradicionalmente ficam excluídas das ações de enfrentamento da pobreza e da fome (CONGEMAS, 2008).

As condicionalidades estimulam a ampliação da oferta dos serviços necessários ao seu cumprimento e auxiliam no acompanhamento das políticas públicas (CONGEMAS, 2008).

Deste modo, o acompanhamento pelo poder público do cumprimento das condicionalidades do PBF tem como objetivos a monitoração do cumprimento de compromissos pelas famílias beneficiárias; a responsabilizar o poder público pelo atendimento e identificar eventuais dificuldades de acesso aos serviços e a identificação, nos casos de não cumprimento, situações de maior vulnerabilidade, de forma a orientar as ações do poder público para o acompanhamento destas famílias (BRASIL, 2006 b).

Os efeitos do descumprimento das condicionalidades estão previstos na Portaria GM/MDS nº 321 de 29 de setembro de 2008. Eles obedecem a uma graduação variando da simples advertência, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao total cancelamento, que ocorrerá se o descumprimento se estender por cinco períodos consecutivos. As penalidades iniciam com a *advertência* (não afeta o recebimento) – primeiro descumprimento, passando para a *sanção* (benefício bloqueado por 30 dias) – segundo descumprimento - recebe o benefício acumulado no mês seguinte, *suspensão* por 60 dias – terceiro descumprimento - não há o recebimento acumulado nos meses seguintes; seguindo para a *suspensão* por mais 60 dias – quarto descumprimento - não há o recebimento acumulado nos meses seguintes e *cancelamento* – quinto descumprimento - perda do benefício (BRASIL, 2010 b).

Segundo o Brasil (2006a), o PBF dá cobertura a mais de 11 milhões de famílias brasileiras, em todos os estados brasileiros, apresentando resultados consideravelmente bons, em relação à realidade anterior porque o PBF é focalizado nas famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios da lei. Além disso, o Programa contribui sobremaneira para a redução da extrema pobreza e da desigualdade e para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

A regularidade no aporte dos recursos transferidos é um aspecto muito ressaltado pelos beneficiários, possibilitando uma relativa segurança no planejamento das compras e o aumento na quantidade de alimentos adquiridos. Outro ponto importante é que nas localidades aonde as dificuldades de acesso aos alimentos são maiores, a renda transferida possibilita a compra de alimentos básicos, como arroz, trigo e outros não produzidos na agricultura de subsistência. (IBASE, 2008).

Do mesmo modo, o programa contribui para maior estabilidade das compras dos produtos básicos, ao mesmo tempo que possibilita que outros alimentos, que não eram consumidos, como frutas, verduras e legumes, passem a ser adquiridos, mesmo que eventualmente (BRASIL, 2010a).

Os beneficiários registraram que devido à falta de poder aquisitivo a carne não era consumida regularmente, mas que com o benefício do PBF essa situação mudou e agora fazem uso desse alimento com mais frequência. Os alimentos industrializados, não considerados pelos beneficiários como essenciais, principalmente iogurte, biscoito, bebidas achocolatadas e macarrão instantâneo, que agora são mais frequentes em suas compras. O refrigerante foi incluído neste contexto (IBASE, 2008).

2.2.2.2 Principais Impactos

Para muitos pesquisadores, o PBF é interpretado como o elemento que institui novo fundamento e formato ao sistema de proteção social brasileiro (MONNERAT, *et al.*, 2007). Apesar de não terem sido feito um diagnóstico social acurado para a construção de uma linha de base anterior à execução das ações algumas pesquisas realizadas por órgãos governamentais e instituições públicas de ensino e pesquisa têm mostrado avanços, potencialidades e principais obstáculos para o alcance dos objetivos propostos, mesmo que a partir de abordagens metodológicas distintas (MAGALHÃES, BURLANDY, SENNA, 2007).

O Programa Bolsa Família vem apresentando resultados que sinalizam para mudanças razoavelmente favoráveis. Os impactos já podem ser sentidos nas diversas regiões brasileiras, cujos resultados revelam informações sobre modificações nas condições de acesso a alimentação, por meio da transferência de renda. (IBASE, 2008).

O grande questionamento inserido na maioria das pesquisas é a capacidade do PBF realmente provocar melhorias nas condições de vida das famílias, seja no maior acesso aos alimentos, aos serviços de saúde e educação, inserção profissional, ou mesmo na manutenção mínima da sobrevivência. Considerando o cenário de enormes carências e fragilidades da população brasileira, é necessário reforçar o PBF isoladamente não pode ser responsável por responder a papéis de outros programas e políticas sociais, necessitando, pois do apoio de programas complementares em várias áreas (MESQUITA, 2007).

Isto significa que ao se analisar os impactos do PBF é necessário considerar que os mesmos dependem igualmente do desempenho de outros setores, como as políticas de saúde, educação e trabalho. Sem este entrelaçamento, o PBF contribuirá para a melhoria sustentada das condições de vida das famílias de uma maneira tímida e fragilizada (BRASIL, 2007).

O Ministério do Desenvolvimento Social em pesquisas de opinião sobre o PBF como a realizada pelo Instituto Polis em 2004, os resultados do PBF foram avaliados pelos 2300 titulares entrevistados, sendo que 97% deles consideram-no muito importante ou importante.

Outro resultado interessante afirma que para 87,8% dos titulares, a vida familiar melhorou muito ou melhorou desde que a família ingressou no programa. Para uma melhor apreensão dos impactos já estudados, dividiu-se esse item em quatro subitens: os impactos sobre a desigualdade e pobreza; os impactos quanto à nutrição dos beneficiários; os impactos sobre as relações de gênero; e por fim, os impactos sobre os

municípios, dos quais, para subsidiar as inferências deste estudo serão discutidos apenas os dois primeiros (BRASIL, 2007).

Um dos mais divulgados impactos do PBF está atrelado à recente diminuição na desigualdade social do país, o que contribui para o apoio político e social ao PBF. Ao consultar a literatura sobre a evolução da desigualdade no Brasil, percebe-se que de 1977 até 2006 o Coeficiente de Gini³ oscilou de forma contínua, entre quedas e aumentos em seu valor. Observa-se um período de crescimento da desigualdade entre os anos 1986 e 1989 e relativa estabilidade entre os anos 1993 e 2001. De toda forma, o que mais chama a atenção é a manutenção da intensa desigualdade (PAES DE BARROS *et al.* 2007).

Alguns pesquisadores analisaram o período mais recente de queda da desigualdade, entre os anos de 2001 a 2005, e um questionamento em comum surgiu: “qual é a relevância da queda na desigualdade no Brasil?” Utilizando os dados da PNAD, Soares (2008) compara o índice de Gini (medida adotada porque é a mais utilizada no Brasil e no mundo) do período 2001-2006 e verifica que aconteceu uma queda de 3,34 pontos do Coeficiente de Gini, significando redução de 5,8% da desigualdade nos cinco anos analisados, representando uma queda de 1,2% ao ano. Este ritmo de redução das desigualdades foi comparado ao de países ricos (STEIN, 2008).

Caso o Brasil consiga manter a mesma taxa de redução de desigualdade observada nesse período por mais seis anos, chegará a níveis de desigualdade encontrados no México, se mantiver por mais 12 anos, chegará ao nível dos Estados Unidos e por 24 anos ao nível do Canadá, países de tradição liberal no sistema de proteção social (SOARES, 2008).

³ Coeficiente de Gini - é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano [Corrado Gini](#). É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição (CYSNE, 2009)

Sobre o impacto do PBF na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiárias, foram feitas muitas pesquisas, sendo o comum e relevante em todas elas é que o aumento da renda proporcionada pelo programa promove um maior acesso aos alimentos, não necessariamente configurando práticas alimentares mais saudáveis (BRASIL,2007;PAES-SOUSA,VAITSMAN,2005;PAES-SOUSA,VAITSMAN,2007; IBASE, 2008).

É consenso que uma alimentação adequada e variada é requisito básico para o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, e manutenção da saúde de todos os membros da família. A Pesquisa de Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família encomendada pelo MDS apresentou dados da primeira rodada de aplicação de 15240 questionários. A amostra foi dividida em três grupos: o grupo tratamento, constituído por domicílios que declararam receber o benefício do PBF; o grupo comparação 1, composto por domicílios que recebem outros benefícios sociais; e o grupo de comparação 2, composto por domicílios que declararam nunca ter recebido qualquer benefício. Os beneficiários do Bolsa Família apresentaram maiores gastos com alimentação em relação ao grupo comparação (PAES-SOUSA, VAITSMAN,2005)

Em uma pesquisa de opinião realizada em 27 estados do Brasil, em 2006, Silva *et al* (2007) foram entrevistadas 300 famílias, de 53 diferentes municípios, que recebiam o benefício há mais de 12 meses. Observou-se que o aumento da duração, da variedade e da disponibilidade dos alimentos nos domicílios ocorreu, apesar de ser verificada a tendência da escolha de alimentos menos saudáveis à medida em que a faixa do recurso do PBF aumenta. De qualquer forma, os resultados dessa pesquisa apontam que o PBF está contribuindo para a redução da insegurança alimentar entre os beneficiários, embora se questione a qualidade dos alimentos escolhidos (FONSECA, VIANA, 2007).

Em pesquisa encomendada pelo MDS, Brandão, Dalt, Gouveia (2007) apresentam os resultados da pesquisa de opinião feita junto aos beneficiários

responsáveis pelos domicílios, que teve como objetivo entender o nível de impacto do PBF na melhoria das condições de vida dos beneficiários, principalmente em relação à Segurança Alimentar e Nutricional. Utilizou-se um questionário fechado para a realização de 4000 entrevistas. Os beneficiários foram divididos em dois grupos: 3000 famílias com mais de 12 meses de vinculação ao PBF e 1000 famílias com, no máximo, três meses de inclusão no PBF, representando assim, o grupo controle. Foram registrados impactos positivos tanto na duração dos alimentos no domicílio quanto o aumento da variedade dos mesmos.

A pesquisa realizada, em 2008, pelo IBASE mostrou que o benefício era destinado, em sua maioria, à compra de alimentação, material escolar, vestuário e medicamento, o que representa algumas das vulnerabilidades apresentadas pelos beneficiários. Identificou-se que, apesar da grande maioria dos beneficiários ainda encontrarem-se em situação de insegurança alimentar, o PBF proporcionou avanços a respeito da capacidade das famílias garantirem a alimentação. Assim, observou-se um aumento na quantidade e variedade de alimentos consumidos e na compra de produtos que as crianças gostam, apesar da priorização de alimentos de maior densidade calórica e menor teor de nutrientes.

Os resultados apresentados pelo Ibase (2008) podem ter várias interpretações, entretanto, com base na prevalência de insegurança alimentar e nutricional, revelada nas pesquisas nacionais anteriores, sobre o consumo de alimentos e despesas familiares com alimentos, por meio das metodologias de avaliação em SAN, ainda pode ser imaturo fazer uma generalização dos benefícios do Programa, havendo necessidade de mais estudos. O desenvolvimento e implantação de metodologias de avaliação de SAN é de extrema importância para a mensuração dos resultados das políticas públicas.

A seguir são apresentadas as metodologias de avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional utilizadas no Brasil por estudiosos do assunto. Ressalta-se que as metodologias mais discutidas na literatura pesquisada são o Método da *Food and*

Agriculture Organization (FAO), Pesquisas de Orçamentos Domésticos, Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos, Pesquisas Antropométricas e Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e Fome.

2.3 Metodologias de Avaliação em Segurança Alimentar e Nutricional

Sendo a segurança alimentar um direito de todos os seres humanos, como mensurar em que nível a violação desse direito está ocorrendo? Este questionamento reflete a preocupação dos estudiosos no entendimento de que não há um instrumento com abrangência e sensibilidade suficiente para envolver todas as dimensões com todas as variáveis importantes. Portanto, as metodologias de avaliação da SAN devem permitir um leque de indicadores complementares que viabilizem a apuração mais exata possível do cenário real (LEÃO, 2008 *apud* GALESI, QUESADA e OLIVEIRA, 2008).

Ou seja, alguns métodos avaliam a Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) em nível populacional nacional, enquanto que outros o fazem em nível domiciliar e individual (PESSANHA, VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008).

Há duas vertentes de abordagem sobre a SAN. Numa delas a disponibilidade de alimentos é avaliada, segundo seus determinantes e indicadores. A outra abordagem destaca o acesso aos alimentos ou a estabilidade das famílias em manter o acesso. Dentro deste contexto quanto mais métodos surgirem mais esclarecida ficará a situação em relação à SAN dos indivíduos, famílias e populações. De acordo com Pessanha, Vannier-Santos e Mitchekk (2008) cinco métodos podem ser identificados como abordagem de avaliação da SAN, o método da *Food and Agriculture Organization (FAO)*, Pesquisas de Orçamentos Domésticos/Familiar (POF), Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos, Pesquisas Antropométricas e Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e Fome - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (PEREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORREA, 2008).

A seguir são detalhados estes métodos, incluindo outras formas de abordagem de avaliação da INSAN.

2.3.1 Método da *Food and Agriculture Organization* (FAO)

A *Food and Agriculture Organization* FAO, desde 1996, anuncia a necessidade urgente de formulação de instrumentos investigativos diretamente ligados à SAN que possam ser protocolados e posteriormente utilizados como um referencial internacional, útil os países para análise em diversas esferas (ORGANIZAÇÃO ...1996).

A FAO desenvolveu um método que faz uma estimativa das calorias *per capita* disponíveis, utilizando as informações das pesquisas nacionais de orçamentos familiares. As pesquisas usam informações sobre os estoques nacionais, nível de importação e exportação de alimentos e desperdício. As pesquisas de orçamentos que geralmente trazem informações específicas de consumo e disponibilidade e o método da FAO (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005) são o total de calorias disponíveis estimadas; a população do país no ano de referência; ingestão energética média e o coeficiente de variação da ingestão energética (PEREZ-ESCAMILLA, 2005; GALESÍ, QUESADA, OLIVEIRA, 2008).

Como qualquer outro método este possui vantagens e desvantagens. O maior argumento favorável é o baixo custo, entretanto a facilidade de comparação com a realidade de outros países e possibilidade de análise da tendência temporal são vantagens importantes. As fragilidades do método estão centradas no alto grau de imprecisão da base de informações, oriundas por exemplo de informações da produção de alimentos, em não oferecer possibilidade de medir o acesso aos alimentos e nem em analisar a qualidade da dieta. Além disto, segundo afirma Galesi, Quesada e Oliveira (2008), o método valoriza mais o consumo energético médio que a

distribuição de energia, não apontando grupos vulneráveis dentro da população estudada.

Em afirmar que o consumo de calorias acima do nível de referência mínimo significa necessariamente estar em segurança alimentar, enquanto que já está esclarecido que o consumo energético excessivo está intimamente relacionado ao desenvolvimento da obesidade, até mesmo entre a população de baixa renda e que a insegurança alimentar pode estar associada neste estado nutricional porque a qualidade dos alimentos consumidos é questionável. O critério de cálculo das necessidades calóricas deve primar pela adequação à questão de gênero, idade, perfil de atividade física e taxa metabólica basal (PERES–ESCAMILLA, 2008).

2.3.2 Pesquisas de Orçamentos Domésticos

Este tipo de pesquisa tem como instrumento as entrevistas com o morador responsável pelo domicílio. As informações buscadas levantam a renda total do domicílio, o valor despendido com alimentos e com o cumprimento das necessidades básicas com base em um período específico.

Basicamente os dados conseguidos nas pesquisas de orçamentos domiciliares foram os preços dos alimentos consumidos no domicílio e fora dele, as quantidades dos alimentos consumido, o modo de acesso aos alimentos, ou seja se foram comprados, recebidos como presente ou doação ou em forma de pagamento por trabalho realizado e alimentos feitos no domicílio.

Com base nos dados acima descritos e em tabelas de composição química de alimentos pode-se calcular o consumo energético médio em cada domicilio por pessoa (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; SMITH *in* FAO, 2002).

As vantagens do método estão na adequação da energia alimentar das famílias, na verificação da qualidade alimentar, na averiguação dos gastos percentuais com alimentação, identificando a vulnerabilidade à insegurança alimentar, em fazer a triangulação e regressão das informações de INSAN buscando compreender mais detalhadamente suas causas e conseqüências, em subsidiar a montagem de mapas de risco do INSAN em nível nacional, regional e local, no embasamento de políticas e programas de combate á vulnerabilidade imposta pela pobreza (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005) e, em obter dados mais precisos e confiáveis uma vez que as informações são têm origem nos domicílios e são passadas pelos próprios moradores.

As desvantagens das pesquisas de orçamento familiar residem principalmente no fato de que as informações sobre alimentos resultam em uma estimativa média de consumo *per capita* sem a possibilidade de verificação do consumo efetivo individual (PESSANHA; VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008).

Há a dificuldade de se saber quanto foi comprado e absorvido pela família, uma vez que investiga os alimentos que estão estocados naquele período de referência. O desperdício não é considerado do mesmo modo como a quantidade de alimentos que não é destinada aos moradores dos domicílios ou a parte que é destinada a animais doméstico, nem tampouco consegue-se identificar realmente os moradores por refeição de um modo seguro, pois muitos moradores comem fora de casa, inviabilizando a detecção apurada das famílias em INSAN (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; SMITH *in* FAO, 2002).

Pode-se ainda afirmar que se traduz num desafio a aplicação desta metodologia em tempos em que as pessoas estão mais e mais fazendo refeições fora de casa e, além disto, transformar despesas com alimentos em calorias *per capita* é trabalhoso e carrega em si uma grande margem de erro. Outra desvantagem do método é a precária padronização e o uso escasso entre os países (PESSANHA; VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008).

O custo expressivo da coleta de dados e o processo de tabulação e análise dos mesmos traduzem uma desvantagem importante. O custo aumentado se dá pela necessidade de cálculos, digitação, análise e interpretação, processo este cujo tempo necessário de resolução fica entre três a cinco anos, em se tratando de amostra representativa da população envolvida (PESSANHA; VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008; GALESÍ, QUESADA e OLIVEIRA, 2008).

2.3.3 Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos

Diante dos métodos já abordados as pesquisas de ingestão individual figuram com maior consistência porque abordam o indivíduo diretamente ou a um membro da família qualificado a dar informações fiéis para averiguar o seu consumo alimentar diário. Este método utiliza estudos rigorosos de validade e confiabilidade e apresentam resultados com alto grau de fidedignidade, entretanto em não considerar a percepção individual sobre a segurança alimentar não pode ser caracterizado como padrão de referência ideal (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

As pesquisas deste gênero avaliam a ingestão de alimentos pelo histórico alimentar, registrando os alimentos consumidos nas diversas refeições do dia anterior (Recordatório de 24 horas). Utilizam também a aplicação de um questionário previamente definido e validado de frequência de consumo alimentar. Outro método igualmente usado, embora com menor frequência é a pesagem direta dos alimentos a serem consumidos (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; FIVIMS, 2002).

Os mais usados em pesquisas de ingestão individual são o Recordatório de 24 horas (R24h) e o Questionário de Frequência Alimentar (QFA). O R24h caracteriza-se por fazer registros quantitativos e qualitativos da consumo de alimentos num período de um dia precedente, considerando todas as refeições realizadas com

registro dos tipos de alimentos envolvidos e as suas quantidades. Prescinde de aspectos culturais porque possibilita a inserção de qualquer alimento relatado pelo indivíduo. A entrevista pode ser auxiliada por recursos fotográficos das porções de alimentos para facilitar as informações do entrevistado. Após o registro fiel das informações e dispondo de instrumentos de consulta bibliográfica realizada a transformações das medidas anotadas para unidades de medidas e proceder à análise química dos alimentos elencados (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; FIVIMS, 2002, FISBERG *et al*, 2005).

O QFA tem a finalidade de capturar a probabilidade de consumo de alimentos, em um determinado período progressivo de tempo, em geral, o ano anterior. Tem a capacidade de classificar os indivíduos segundo seus padrões alimentares habituais, além de ser um instrumento de fácil aplicabilidade e baixo custo, o que viabiliza sua utilização em estudos populacionais (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; FIVIMS, 2002, FISBERG *et al*, 2005).

2.3.4 Pesquisas Antropométricas

A INSAN pode ser identificada a partir da aplicação de métodos antropométricos que mensuram o déficit corpóreo dos indivíduos, considerando a altura, o peso e a sua composição. As técnicas de aferição de medidas antropométricas são amplamente divulgadas e confiáveis se aplicadas com o rigor metodológico padronizado e por pessoas treinadas (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; FIVIMS, 2002).

A alimentação é um dos fatores que mais influenciam da saúde e quando associada às condições precárias de renda pode significar vulnerabilidade do estado nutricional dos indivíduos. Esta manifestação da dificuldade de acesso a alimentos pode ser mensurada por indicadores antropométricos (HOFFMANN, 1995).

Os dados antropométricos geram índices que fundamentados em medidas de altura (comprimento), peso e compartimentos corpóreos, que se analisados à luz de padrões de referência científica diagnosticam o estado nutricional (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Muitas pesquisas antropométricas já foram realizadas em diversos países, possibilitando a formulação de uma estimativa da proporção de pessoas que estão abaixo dos valores de referência e que são consideradas subnutridas (FIVIMS, 2002).

As vantagens do método antropométrico compreende avaliação em nível individual, baixo custo em relação aos métodos de análise de consumo alimentar e a obtenção de resultados que se adequam ao controle e avaliação de ações de intervenção (PEREZ-ESCAMILLA, 2005).

A avaliação do estado nutricional pelo método antropométrico é reconhecida em todo o mundo como adequada pelas características importantes que apresenta, tais como parâmetros mensuráveis, que fazem uso da objetividade e de fácil reprodução. Além disto, não utiliza técnicas invasivas para a coleta dos dados e é sensível o bastante para identificar casos leves e moderados do estado nutricional (ALMEIDA e RICCO, 1998)

A desvantagem principal do método antropométrico ocorre somente se usado isoladamente, porque a inadequação pode estar relacionada a outros fatores ambientais como infecções e outras patologias que influenciam no estado nutricional (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Algumas pesquisas que buscam avaliar a segurança alimentar e nutricional de indivíduos têm utilizado métodos qualitativos isoladamente ou em combinação com abordagem quantitativa. Estes estudos fazem menção a aspectos ligados à percepção

dos indivíduos sobre sua situação de saúde, com foco na alimentação. O item a seguir refere-se a métodos de avaliação da segurança alimentar nessa perspectiva.

2.3.5 Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e Fome

Para decidir a escolha de um método de investigação sobre situação alimentar de uma coletividade, várias questões devem ser consideradas, a saber: o que já é conhecido sobre a população, seu comportamento de consumo e suas escolhas alimentares. Há também de se considerar os objetivos do estudo, as características sócio-econômicas da população-alvo e os recursos disponíveis para a realização do estudo. Caso o objetivo seja investigar o que as pessoas pensam ou sabem sobre determinado fenômeno ou evento, ou que atitude assumem diante de uma determinada situação, as metodologias recomendadas são: questionários semi-estruturados, entrevistas individuais e grupo focal (FISBERG *et al*, 2005).

Os primeiros métodos de avaliação da segurança alimentar baseados na percepção da Insegurança e da fome foram desenvolvidos para aplicação na América do Norte, objetivando subsidiar de informações as redes de programas de proteção do tipo “*food stamps*” (MASON, 2002). Os métodos que avaliam a percepção da insegurança alimentar são mais eficazes porque consideram a fome um problema social tão importante quanto o aspecto biológico da mesma (FIVIMS,2002). Ainda que os sinais clínicos de desnutrição não estejam evidentes, indivíduos que têm privação de alimentos em quantidades podem ser identificados como vítimas do flagelo da fome (PESSANHA; VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008).

Do mesmo modo, indivíduos que são potencialmente pobres, geralmente desenvolvem o medo da fome, prevendo privações futuras de alimentos. Portanto,

justifica-se a aplicação de métodos que mensurem a percepção da fome e os comportamentos embasados por esse sentimento, porque a problemática da fome tem vários aspectos a serem considerados (MASON, 2002).

No QUADRO 02, encontram-se exemplos de alguns estudos qualitativos publicados sobre a avaliação da (in) segurança alimentar e nutricional ou sobre o PBF, com menção às respectivas metodologias utilizadas. Nos estudos onde a segurança alimentar e nutricional é mensurada, a percepção dos indivíduos envolvidos tem sido considerada importante à explicação dos resultados quantitativos observados, a partir das políticas públicas empregadas no enfrentamento do problema da fome. A pesquisa qualitativa, com o emprego do método do grupo focal, da análise de conteúdo ou da análise do discurso do sujeito coletivo, possibilita o entendimento dos efeitos reconhecidos pelos indivíduos.

Entretanto, no cenário nacional, tem recebido destaque na avaliação da SAN a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), cuja operacionalização envolve abordagem qualitativa e quantitativa.

A EBIA é composta de 15 perguntas das quais, nove são relativas aos adultos moradores no domicílio e seis às crianças. A cada pergunta, em que se considera um período de noventa dias antecedentes ao dia da entrevista, são apresentadas alternativas com respostas afirmativas ou negativas. No caso de resposta afirmativa, pergunta-se sobre a frequência do evento oferecendo-se as alternativas: em quase todos os dias; em alguns dias; em apenas um ou dois dias (SEGALL-CORREA, 2008):

A estrutura da escala possibilita uma graduação do processo de INSAN, iniciando num estímulo negativo que gera primeiro uma preocupação em relação à possibilidade de faltar alimentos, indo até a redução propriamente dita de calorias, primeiro em adultos e depois em crianças, quando então a INSAN fica caracterizada como severa (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

O método é vantajoso porque mede a insegurança alimentar diretamente a partir dos indivíduos afetados e possibilita a avaliação não somente física como também psicológica da INSAN (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Os dados favorecem a classificação dos domicílios de acordo com sua exposição e fragilidade em relação à INSAN. Uma desvantagem do método é a possibilidade de ocorrência dos vieses de prestígio e de benefício. Ou seja, os entrevistados supõem que a depender do tipo de resposta dada estarão sendo contemplados por um benefício, a si próprios ou à sua comunidade (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

Segundo Pessanha, Vannier-Santos e Mitchell (2008), deve ser ressaltado que nenhuma das metodologias apresentadas é capaz, isoladamente, de abranger todas as dimensões da insegurança alimentar e nutricional com eficiência.

A literatura aponta para a necessidade de um conjunto de indicadores da INSAN que sejam suficientemente capazes de cobrir as diferentes dimensões do fenômeno tais como a disponibilidade, o acesso e a estabilidade do acesso aos alimentos (FIVIMS, 2002).

O medida da percepção de (IN)SAN pode ser realizada pela mensuração direta da situação das famílias mediante a aplicação de formulário padronizado e validado, dirigido a um membro habilitado da família que tenha intimidade com a vida alimentar dos seus membros. Este tipo de instrumento tem sido útil em vários países por identificar os grupos populacionais em risco de insegurança alimentar e nutricional com vários graus de severidade (PEREZ-ESCAMILLA, 2005).

A graduação da severidade da insegurança alimentar e nutricional é avaliada por perguntas que apuram desde a percepção de preocupação e angústia frente à possibilidade de não possuir alimentos rotineiramente até o entendimento da adequação da dieta adequação da dieta (na diversidade e/ou na quantidade de alimentos) que podem levar à fome, entendida como passar no mínimo um dia inteiro sem comer durante o período de referência (PESSANHA; VANNIER-SANTOS e MITCHELL, 2008).

O instrumento de avaliação da (in) SAN, no Brasil, recebeu a denominação de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e é resultado da adaptação e validação da escala do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (BICKEL et al., 2000). Seu desenvolvimento nos anos 80 por pesquisadores da Universidade de Cornell, utilizando a percepção dos envolvidos como estratégia para abordar e compreender a insegurança alimentar e a fome na percepção de mulheres carentes submetidas a essas condições adversas (RADIMER *et al.*, 1992).

QUADRO 02 – Estudos sobre SAN com abordagem qualitativa

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	ABORDAGEM
Operacionalização do Programa Bolsa Família: identificando limites e possibilidades / 2007	Kelly Alves Magalhães, Rosângela Minardi Mitre Cotta, Sylvia do Carmo Castro Franceschini, Jéferson Boechat	Analisar a operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Paula Cândido-MG, sob a ótica dos atores envolvidos neste processo	Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e análise documental.	Quantitativa e qualitativa
A Dimensão Rural da Insegurança Alimentar: Transformações nas Práticas de Autoconsumo entre Famílias Rurais do Extremo Sul Gaúcho / 2009	Flávio Sacco dos Anjos, Nádia Velleda Caldas, Wanda Griep Hirai	Explorar as transformações sobre as práticas de auto-consumo no âmbito da agricultura familiar, motivadas, essencialmente, pelo processo de mercantilização da agricultura e da vida rural.	Aplicação de entrevista semi-estruturada com análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Utilizou-se um roteiro prévio de perguntas, cujo foco essencial recaiu na dinâmica das práticas de auto-consumo e na dimensão simbólica dessa atividade comunitária.	Qualitativa
Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida de beneficiários em municípios de muito baixo IDH / 2007	Lucélia Luiz Pereira Leonor Maria Pacheco Santos Micheli Dantas Soares Flavia Conceição dos Santos Henrique Simone Costa Guadagnin Sandra M C dos Santos	Estudar o efeito do PBF em beneficiários de cinco municípios com os mais baixos IDH por Região	Foram aplicados questionários e realizados grupos focais com famílias beneficiárias ou não e realizadas entrevistas com gestores e informantes-chaves Abordagem tridimensional de <i>estrutura-processo-resultado</i> , com foco nos <i>resultados</i>	Qualitativa
Práticas e percepções acerca da SAN entre os representantes de instituições integrantes de um centro de referência localizado na região do Butantã, município de São Paulo/2007	Tatiana Yuri Assão; Amábela de Avelar Cordeiro; Christiane Costa; Ana Maria Cervato	Analisar as práticas acerca da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre os representantes (n = 23) das instituições integrantes de um Centro de Referência em SAN, localizado na região do Butantã, município de São Paulo	Foi elaborado um roteiro cuja proposta era questionar as atividades relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a percepção de SAN. Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para a análise dos discursos, obtidos por meio de entrevistas	Qualitativa
Pesquisa avalia resultados do Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional/ 2004		Mapear o perfil de consumo de alimentos das famílias do Bolsa Família; avaliar mudanças de hábitos alimentares	Foram entrevistados (com questionários de perguntas fechadas) 5 mil titulares do cartão Os entrevistados foram escolhidos por amostragem a partir do cadastro do Programa Bolsa Família (PBF).	Qualitativa e quantitativa

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar a percepção sobre o efeito do programa do Programa Bolsa Família na melhoria das condições de vida com ênfase na situação alimentar e nutricional pela percepção das famílias beneficiárias no município de Fortaleza, Ceará.

3.2 Específicos

3.2.1 Descrever os sentimentos e percepções sobre o efeito que o Programa Bolsa Família gerou sobre a alimentação e estado nutricional de famílias beneficiadas.

3.2.2 Identificar outros aspectos da vida das famílias beneficiárias que sofreram ou não a influência do benefício.

4 METODOLOGIA

As pesquisas qualitativas são constituídas por um conjunto de técnicas interpretativas que têm por meta retratar, codificar e traduzir fenômenos, obtendo dados relevantes para a interpretação dos mesmos. Na pesquisa desta natureza os fenômenos podem ser entendidos dentro do seu contexto, devendo ser analisado por uma perspectiva integrada (GODOY, 1995).

No contexto proposto por Minayo (1993), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Isso corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

4.1 Tipo de estudo

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem qualitativa. Baseia-se na análise categorial temática que utiliza os sentidos e significados próprios e subjetivos criados pelos sujeitos ao reagir com o fenômeno em análise (BARDIN, 1977).

O referencial teórico metodológico de abordagem qualitativa foi empregado por esclarecer melhor o objeto de estudo, potencializando a captação da realidade complexa em sua realização histórico-cultural e também por corroborar os pressupostos teóricos que a orientam, além da interpretação dos significados que os sujeitos agregam, a partir de suas experiências e como eles entendem seu contexto (MINAYO, 1993).

As técnicas empregadas na pesquisa qualitativa são tidas como mais apropriadas, quando o fenômeno precisa ser estudado dentro do contexto social dos sujeitos, por sua complexidade, sua natureza social e por não atender à quantificação. As técnicas mais usadas são a observação, observação participante, entrevista

individual semi ou não estruturada, grupo focal e análise documental (DE ANTONI *et al.*, 2001).

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa utilizado para registro e interpretação de como se formam as diferentes percepções, sentimentos e atitudes sobre de um evento, dentro de um contexto específico. Os participantes são estimulados a discutir um assunto de interesse comum. O grupo focal não é, em geral, considerado adequado para estudar a frequência com que determinados comportamentos ou opiniões ocorrem (LERVOLINO e PELICIONI, 2001).

O fundamento do método do grupo focal está na interação entre os participantes e entre os participantes e o pesquisador, objetivando obter dados, a partir da discussão focalizada em pontos específicos e direcionadores do raciocínio (LERVOLINO e PELICIONI, 2001).

Os participantes dos grupos focais são estimulados discutir um assunto de interesse comum. São indivíduos com características semelhantes e com idéias e opiniões de interesse da pesquisa. Os grupos focais podem ser compostos por cinco a 12 membros e contam com a presença de um moderador, que intervém quando necessário ao direcionamento do raciocínio do grupo, com objetivo de focalizar e aprofundar a discussão (POWELL & SINGLE, 1996).

A técnica do Grupo Focal foi escolhido como abordagem metodológica para a presente pesquisa, cujo detalhamento é apresentado no item 4.4.

4.2 Local e Período

A pesquisa foi realizada numa comunidade de risco localizada no entorno da Universidade Estadual do Ceará, a Comunidade Garibaldi, adstrita à Secretaria Executiva Regional (SER) IV, vinculada à Prefeitura Municipal da cidade de Fortaleza, Ceará. O período de coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2010.

A comunidade Garibaldi foi escolhida por conveniência do pesquisador e por possuir as características comuns às demais comunidades carentes da cidade de Fortaleza. Na escolha das mães beneficiárias do estudo um aparelho social da comunidade teve papel importante, a Escola Filantrópica Giuliana Gali.

A referida escola Giuliana Gali localiza-se no entorno da Universidade Estadual do Ceará, na comunidade Garibaldi, localizada em Fortaleza, no bairro Serrinha, adstrito à região da Secretaria Executiva Regional IV. Em outubro de 1993, uma religiosa italiana, irmã Giuliana Galli caminhou pela primeira vez entre vielas e travessas da Comunidade Garibaldi. Giuliana observou a existência de crianças sem higiene, desnutridas, com a saúde comprometida, fora da escola, inteiramente abandonadas pela sociedade, esquecidas pelo poder público.

Reuniu pessoas interessadas no Brasil e na Itália, convidando-as a ajudá-la a reformar uma pequena escolinha decadente que existia no local, para que a tornasse possível acolher aquelas crianças. A verba para essa reforma e para a manutenção da escola viria de seus familiares e amigos da Itália. A reforma foi concluída e, em abril de 1994, a escolinha estava aberta para receber 80 crianças. A escola era constituída de três salas de aulas, uma secretaria, uma cozinha e um salão onde as crianças faziam as refeições e depois usavam o espaço para brincar.

Atualmente, a escola conta com dois prédios, sendo que em um funciona a Educação Infantil e no outro, o Ensino Fundamental I e II. Hoje são oitocentos e quarenta e sete crianças e jovens que estudam desde o maternal até a oitava série do Ensino Fundamental. Por se encontrar no entorno da Universidade Estadual do Ceará recebe algumas ações sociais e de saúde, a partir dos inúmeros cursos de graduação e

pós-graduação da Universidade, permitindo a interação teórica e prática, em benefício das duas partes.

A partir da orientação dos dirigentes da escola, as mães que estavam dentro do perfil determinado nos critérios de inclusão, foram contatadas e convidadas a participar do estudo.

4.3 Participantes da pesquisa

A pesquisa qualitativa, geralmente, usa amostra não probabilística, selecionada por critérios subjetivos do pesquisador, de acordo com sua experiência e com objetivos da pesquisa, sendo que esse tipo de amostra consiste em integrar um grupo constituído por sujeitos que proporcionem informação profunda e rica para a investigação. As ciências de inspiração positivista, historicamente hegemônicas na produção científica na área da saúde supõem que o fato existe por si, cabendo ao observador descrevê-lo e enunciar seus entendimentos causais, não importando a imaginação e a subjetividade na elaboração das teorias (FONTANELLA, RICAS, TURATO, 2008)

Essa conceituação não valoriza que, quando se trata de questões psicossociais do ser humano, o desempenho de um atributo, uma percepção ou uma verdade, mesmo que de maneira potencializada por indivíduos específicos quanto a determinado parâmetro em investigação (motivo pelo qual os candidatos são especialmente selecionados), revele funções ou características, visões e matizes representativas daquele mesmo contexto (FONTANELLA, RICAS, TURATO, 2008).

Neste estudo utilizou-se a amostra intencional, não probabilística, que consiste em identificar e selecionar uma amostra em que seja possível obter as informações necessárias para o estudo. A lógica e o poder da amostra intencional residem na

seleção da informação rica de casos para o estudo em profundidade do objeto (FONTANELA, RICAS, TURATO, 2008).

A definição dos membros que fazem parte do Grupo Focal é considerada tarefa relevante uma vez que implica na capacidade de contribuição com os objetivos da pesquisa. A amostra é intencional e, segundo Westphal, Bogus & Faria (1996) *apud* Aschidamini e Saupe (2003?), neste tipo de amostra os critérios (sexo, idade, escolaridade, diferenças culturais, estado civil e outros) podem variar, devendo, todavia, ter pelo menos um traço comum que seja importante para o estudo proposto. Na presente pesquisa o traço comum entre os participantes é fato de serem mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os titulares do benefício do PBF são preferencialmente mulheres, pois há o pressuposto de que a mãe raramente abandona seus filhos, enquanto que o pai o faz com mais frequência (ITABORAI, 2004?). Além disto, segundo Freitas (2008), o PBF passa pelo contexto do empoderamento de gênero, uma vez que a pobreza é condição social de subalternidade da mulher. Ou seja, a titularidade preferencialmente dirigida às mulheres garante a elas mais poder de decisão dentro da família. De acordo com Ibase (2007) parece haver um consenso dos beneficiários e gestores de que a titularidade do benefício deve ser das mulheres.

As mulheres que formaram a amostra do presente estudo foram selecionadas por convite, entre aquelas inscritas no programa Bolsa Família na SER IV que abrange a região no entorno da Universidade Estadual do Ceará. A amostra foi composta por sete indivíduos do gênero feminino.

Todas as participantes tinham filhos, variando de dois a 12 crianças e adolescentes, algumas eram avós que assumiram a criação dos netos. Duas eram casadas e o restante não tinha companheiro regular que pudesse participar da divisão das despesas da família. Exceto por duas, todas possuíam ocupação remunerada

informal e inconstante. O nível de escolaridade variou entre analfabeta e primeiro grau incompleto. O grupo era relativamente homogêneo quanto à personalidade, ou seja, quase todas se colocaram facilmente, depois de vencida a inibição inicial.

Antes do direcionamento do convite para participação no estudo obteve-se dos membros da escola a indicação das famílias que tinham condições de participar deste tipo de pesquisa, seguindo os critérios de elegibilidade. Durante algumas das reuniões de pais e professores, o convite a participar da pesquisa foi feito às mães presentes.

4.3.1 Critérios de Inclusão

Participaram da pesquisa as famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico, em Fortaleza, no ano de 2009, beneficiárias do PBF. As mulheres convidadas a participar da pesquisa eram representantes da suas respectivas famílias, no que se refere ao benefício Bolsa Família e tinham envolvimento direto com a rotina alimentar dos seus componentes.

4.3.2 Critério de exclusão

Não foram incluídas na pesquisa as mulheres membros de famílias com extremo grau de pobreza, uma vez que estudos recentes mostram que qualquer alteração de renda em famílias que estejam abaixo da linha da pobreza representa um aumento positivo no poder de compra (SOARES, 2010), o que poderia significar um viés nos resultados. Para a detecção da situação da situação das famílias foram consultados membros de um dos aparelhos sociais da comunidade.

4.4 Caminho Metodológico

4.4.1 Estruturação dos Grupos Focais

A estrutura operacional do grupo focal contou com um moderador, que foi o próprio pesquisador, um observador e dois colaboradores. O moderador fez a condução de cada grupo para manter o foco de discussão no objeto da pesquisa, isto é, a percepção do benefício do programa Bolsa Família na mudança das condições alimentares e nutricionais dos envolvidos. O observador fez anotações sobre o comportamento verbal e não verbal para complementar a interpretação das falas dos participantes. Os outros colaboradores ficaram responsáveis pela operacionalização dos equipamentos e ações de apoio e infra-estrutura.

O instrumento de direcionamento das entrevistas elaborado (APÊNDICE A) colocou em discussão as mudanças ocorridas em suas vidas, buscando ênfase nas mudanças ocorridas na alimentação. As perguntas eram focadas no significado do programa, no recebimento do benefício e no destino dado a ele.

As questões de orientação serviram para guiar as sessões, direcionar as discussões e, posteriormente, serviram para o desenvolvimento das categorias na análise dos dados. As questões norteadoras e os demais formulários criados para o estudo foram avaliados em teste piloto, que aconteceu antes do início da efetivação da pesquisa e serviram como redirecionadores do foco das perguntas.

O teste piloto foi realizado na mesma comunidade carente, no entorno da Universidade Estadual do Ceará, com indivíduos cujas características sócio-econômicas e sociais são semelhantes àquelas dos indivíduos que formaram a amostra. O objetivo foi avaliar o roteiro de entrevista e auto-avaliação da performance dos pesquisadores, moderador e colaboradores. O teste piloto revelou que o instrumento

precisava de ajustes que permitissem mais aprofundamento e direcionamento à questão alimentar. O instrumento foi reformulado e encontra-se em anexo.

Os sujeitos convidados a participar da pesquisa foram reunidos uma única vez em grupo, na Universidade Estadual do Ceará. A realização de apenas um encontro foi suficiente para a análise qualitativa, pois a sinergia do grupo forma um processo dinâmico e único que pode permitir a compreensão do grupo em contextos específicos e diferenciados, como afirma De Antoni *et al* (2001). A sessão com o grupo teve a duração de uma hora e trinta minutos.

No início das sessões foi feita uma breve apresentação do grupo de pesquisa, seguida da apresentação de cada indivíduo do grupo. A apresentação do grupo contou de breve explicação da função de cada um, da identificação e da total isenção de intenções político-partidárias de qualquer qualidade.

Após esta iniciação foi dado procedimento aos trabalhos com a apresentação de nomes de vários alimentos regionais, momento em que foi sugerida a seguinte situação: cada uma das participantes deveria escolher a palavra representativa do alimento com o qual elas mais se identificavam e que esta escolha significava que a partir daquele momento, o alimento escolhido seria seu nome. Era uma ação para a manutenção dos seus verdadeiros nomes em sigilo. Os nomes fictícios escolhidos foram “ *Abacaxi, Panelada, Peixada, Peixe frito, Salada de fruta, Sorvete e Tapioca*”

Feitas as escolhas dos nomes fictícios, o moderador leu em voz alta e clara o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que encontra-se no APÊNDICE B, com explicações concomitantes para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do objetivo, do sigilo, do não ônus da pesquisa e da possibilidade de desistência a qualquer momento.

Após assinatura do TCLE e da afixação das tarjetas com os nome fictícios deu-se procedimento aos trabalhos.

Como ação inicial o moderador fez uma contextualização, dramatizando sua fictícia inserção na comunidade, onde as beneficiárias, participantes do grupo focal vivem. O moderador simulou uma situação de carência e dificuldade similar à vida das mulheres da comunidade, apresentando-se como uma mãe de três filhos muito pequenos, grávida, desempregada, abandonada pelo marido e recentemente chegada à comunidade.

Esta simulação de realidade permitiu uma empatia com a situação das beneficiárias, que imediatamente se identificaram ou lembraram-se de histórias parecidas. Em seguida as perguntas direcionadoras foram sendo colocadas para o grupo, estimulando o diálogo. Conforme as falas foram fluindo o moderador foi aprofundando os questionamentos até o esgotamento do da investigação. A sessão do grupo focal teve duração de uma hora e trinta minutos. As falas foram gravadas e minigravador de voz digital e filmadas.

4.5 Análise dos dados

A análise é um processo de elaboração e de procura de caminhos dentro das informações obtidas, onde o processo de análise é sistemático, claro e não espontaneísta (GATTI, 2005).

Os dados foram submetidos a um conjunto de procedimentos de organização, de modo que mostraram, com a máxima imparcialidade, o modo como os grupos formados para o estudo percebem e se relacionam com o assunto em pauta.

As duas maneiras de análise de informações resultantes de grupo focal são o sumário etnográfico e a codificação dos dados via análise de conteúdo. A diferença principal entre estes dois procedimentos é que o primeiro baseia-se nas citações

textuais dos participantes do grupo, que vão assim ilustrar os achados mais expressivos da análise, enquanto que no segundo há a descrição e registro numérico de como determinadas categorias explicativas e representativas aparecem nas discussões, assim como outras ficam ausentes da mesma e em que tipo de contexto tudo isso acontece (MORGAN, 1988 *apud* DE ANTONI et al, 2001; LERVOLINO & PERLICIONI, 2001).

Neste estudo foi utilizada a análise de conteúdo categorial temática. Esta escolha se deve à convicção de que esta permite ver “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos (FERREIRA, 2003).

Os objetivos do estudo permearam a análise e interpretação dos dados coletados no grupo focal, explorando sua organização lógica, entrelaçamento dos dados, questões levantadas e argumentos apresentados, de forma consistente. Seguindo o que enfatiza Gondim (2002), ‘análises são opiniões surgidas a partir do jogo de influências mútuas que emergem e se desenvolvem no contexto dos grupos humanos’.

A análise dos dados foi feita levando-se em consideração o contexto social, visto que são dados potencialmente subjetivos e deverá ser antecedida por conferência do material coletado e também da fidedignidade das transcrições realizadas.

Seguindo a orientação de Bardin (1977) a análise dos dados obtidos nos grupos focais foi organizada entorno de três pólos cronológicos, a saber:

- a pré-análise;

- a exploração do material e,
- o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O primeiro direcionamento da análise de conteúdo foi a pré-análise por meio da leitura flutuante que consiste em estabelecer contato com o material coletado. A leitura flutuante possibilitou ao pesquisador deixar-se invadir por impressões e sentido de orientação. As leituras subsequentes permitiram o surgimento de hipóteses e projeção de teorias (BARDIN, 1977).

O segundo direcionamento foi a organização do material obtido, ou escolha dos documentos. O material escolhido foi chamado de *corpus* detalhado do processo. Dentro dessa organização tem-se a junção das anotações do observador e do moderador, tornando os relatos mais completos. Os relatos transcritos foram a base da análise de conteúdos. As falas transcritas foram o manancial para a busca dos sentidos e dos significados atribuídos ao tema pelo grupo. Os dados analisados foram os registros transcritos das gravações de áudio e vídeo, complementadas pela revisão e análise das anotações do observador.

A gravação em vídeo, além de registrar as falas para as análises, possibilitou aos pesquisadores maior familiaridade com os conteúdos, facilitando a identificação dos diferentes temas de cada questão, sua compreensão e posterior organização das experiências de vida apresentadas pelos participantes do grupo focal, em relação ao tema.

Foi utilizado um quadro para análise dos conteúdos, contemplando o cruzamento de tópicos selecionados para abordagem. Esse quadro, baseado em Bardin (1977), permitiu a visualização de modo sintético o que cada participante explicitou acerca de cada tópico. A análise comparativa entre os grupos foi facilitada pela

disposição lado a lado das expressões de cada grupo, juntamente com as variações intergrupais.

As etapas a seguir mostram como se deu o andamento dos trabalhos de codificação e categorização na análise dos dados coletados, seguindo a orientação de Bardin (1977). Após a organização do material foi dado procedimento à codificação do mesmo. Foi feita uma codificação das menções que aparecerem em cada grupo, com base em categorias induzidas a partir de todas as respostas produzidas pelo grupo. A codificação do material foi a transformação dos dados brutos do texto, segundo regras precisas de recorte, agregação e enumeração, com objetivo de formar uma representação do conteúdo capaz de esclarecer ao pesquisador todas as características envolvidas. O processo de codificação usa as unidades de registro, que pode ser uma palavra ou tema.

As menções foram agrupadas em núcleos, aqui chamados de sub-categorias e organizados em categorias temáticas que deram suporte a linhas de argumentação que revelaram de que modo os participantes dos grupos focais se posicionaram diante do tema, subdividido em eixos direcionadores da discussão. Este processo se deu pelo agrupamento de opiniões coincidentes ou conflitantes, extraindo-se os significados das falas ou de outras expressões, destacando-se tanto as opiniões que se configurarem como maioria quanto as que se configurarem em minoria. As inferências foram feitas a partir do exposto apoiadas no ocorrido, no falado e no silenciado pelos membros dos grupos, procurando-se compreender o impacto das vivências do grupo em relação ao tema, os consensos, os dissensos, as rupturas, as descontinuidades e os silêncios.

Na análise dos dados deu-se importância à perspectiva interacionista para se fugir do reducionismo sociológico. Isto ocorreu valorizando-se as seqüências das falas e as trocas de influências entre os membros, além de se considerar, como já foi dito, o contexto onde os grupos estão inseridos.

A análise dos conteúdos pesquisados se deu pela análise por categorias/subcategorias ou agrupamentos analógicos. Segundo Bardin (1977), a concepção da linguagem nesta análise é chamada de representacional, ou seja, considera que a linguagem representa e reflete exatamente aquele que a utiliza.

A análise por categorias utiliza a noção de atitude, entendendo que os indivíduos têm opiniões sobre coisas, seres e fenômenos e expressam-se por meio do juízos de valor, sendo uma atitude igual a um núcleo, uma matriz inconsciente que se traduz nas atitudes assumidas. Desvendar as bases dessas atitudes por trás da dispersão da exposição verbal é o objetivo primeiro da análise de asserção avaliativa (BARDIN, 1977).

De acordo com a literatura revisada, foi possível constatar que algumas pesquisas analisaram o impacto do PBF na vida dos beneficiários PAES-SOUSA, VAITSMAN, 2005; BRANDÃO, DALT & GOUVÊA, 2007), enquanto outras estudaram o impacto sobre os municípios e até mesmo sobre as relações de gênero (DRAIBE *et al*, 1998). O foco na Segurança Alimentar e Nutricional também foi alvo de investigação, incluindo pesquisas de opinião com os titulares. Algumas pesquisas foram financiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007; PAES-SOUSA, VAITSMAN, 2005; PAES-SOUSA, VAITSMAN, 2007).

A intenção dessa pesquisa foi analisar a percepção que as titulares do PBF tem sobre o impacto do Programa nas suas condições de vida, buscando dar um destaque nas possíveis modificações alimentares e nutricionais.

Conforme descrito no capítulo metodologia, para tratamento dos resultados deste estudo optou-se pela análise de conteúdo categorial temática. Para tal formato buscou-se eleger categorias/subcategorias representativas da reconstrução dos discursos, extraídos do grupo focal, a partir de uma lógica impressa pelo pesquisador, expressando a intencionalidade de rerepresentar o objeto de estudo dentro do olhar

teórico que o envolve, ou seja, o impacto do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional pela percepção dos beneficiários.

As categorias emanadas de uma análise de conteúdo podem ser destacadas pela importância quantitativa e importância qualitativa (OLIVEIRA, 2008). Neste estudo optou-se por destacar a importância qualitativa dos temas encontrados, que algumas vezes na literatura são chamados de núcleos. A montagem das categorias foi feita pela análise das falas das beneficiárias e posteriores aglutinações das menções convergentes, que revelaram os temas interpretados dentro das dimensões do referencial teórico adotado.

4.6 Aspectos Éticos

O projeto foi submetido à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Dermatológico Dona Libânea (parecer no ANEXO A) e obteve-se a devida autorização da Prefeitura Municipal de Fortaleza para a seleção das famílias em uma das suas SER. Os participantes foram previamente esclarecidos, em linguagem acessível, acerca dos objetivos da investigação, sobre a forma de coleta de dados, confidencialidade das informações, desconforto, liberdade de recusar ou retirar o consentimento durante o processo de coleta dos dados e publicação dos resultados da investigação, preservando a identidade de toda a família. Os procedimentos realizados na pesquisa foram de natureza não invasiva, não acarretando riscos para a saúde dos envolvidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias extraídas expressam os significados contidos no texto. Elas sintetizam os temas em subconjuntos, aqui chamados de subcategorias; são específicas e comportam a quase totalidade do material analisado. Conforme demonstrado no Quadro 01, foram identificadas três categorias e 11 subcategorias

QUADRO 03 – Percepção do efeito do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Categorias e subcategorias a partir do Grupo Focal, Fortaleza, Ce, 2010.

Categorias	Subcategorias
Percepção do Programa Bolsa Família	<i>Ajuda/auxílio</i> <i>Condicionalidades</i> <i>Beneficiário</i>
Segurança Alimentar e Nutricional domiciliar	<i>Poder de compra</i> <i>Consumo de Alimentos</i> <i>Estado nutricional</i>
Insegurança Alimentar e Nutricional domiciliar	<i>Valor do benefício</i> <i>Duração do programa</i> <i>Estrutura familiar</i> <i>Subemprego/desemprego</i>

As subcategorias representam a aglutinação da interpretação das menções, portanto *Ajuda/auxílio*, *Condicionalidades*, *Beneficiário* relacionam-se com o modo como as beneficiárias percebem o PBF, enquanto que *Poder de compra*, *Consumo de Alimentos* e *Estado nutricional* retratam as modificações que tiveram impacto na segurança alimentar e nutricional das famílias. O *Valor do benefício*, a *Duração do programa*, a *Estrutura familiar* e as condições de *Subemprego/desemprego* estão intimamente ligadas à situação de Insegurança alimentar ainda existente na vidas dessas pessoas.

Pelo direcionamento dado à discussão e a quebra da inibição inicial por meio da escolha de pseudônimos para as participantes, os depoimentos tornaram-se mais espontâneos, se comparados com o teste piloto em que não houve a contextualização inicial do moderador, no caso, colocando-se como uma pessoa da comunidade. Com

isto, nós percebemos que o grupo adquiriu mais confiança e interesse nas suas próprias falas. Mais à vontade, as mães compartilharam suas experiências de vida dentro do contexto do PBF, de modo que os conceitos, vivências e percepções sobre o tema foram surgindo e permitindo aprofundamento.

A suposição do moderador como pessoa da comunidade e a problemática social configurada gerou empatia e permitiu que os sentimentos relacionados às carências e dificuldades vividas pelas mães fluíssem para a discussão. A idéia do desamparo familiar, principalmente em relação ao marido ou companheiro esteve latente nas falas, servindo como pano de fundo a muitas colocações que revelaram ser esta uma situação rotineira entre as beneficiárias da comunidade.

Para a apresentação e discussão das categorias optou-se por fazê-lo a partir das subcategorias. A categoria **Programa Bolsa Família** é composta pelas subcategorias *Ajuda/auxílio*, *Condicionalidades* e *Beneficiário*.

Ajuda

Inicialmente, as beneficiárias foram questionadas sobre como explicariam para a recém moradora do local o que é PBF. O significado explícito do PBF para estas mães é o de uma *ajuda*:

[...] *uma ajuda que veio na hora certa né...porque ...às vezes a gente passa muita dificuldade, né [...] e dá pra ajudar em alguma coisa, né.... Salada de fruta.*

A referida *ajuda*, seria uma contribuição do Governo, um *auxílio* na manutenção da família, que segundo as entrevistadas está direcionado às pessoas carentes. O benefício chega a ser compreendido como o próprio estado de carência:

[...] *Bolsa família é uma pessoa que é carente, não tem as coisas [...] melhora muito né.. Salada de fruta.*

Paes-Sousa, Vaitsman (2005); Brandão, Dalt & Gouvêa (2007) encontraram resultado semelhante e afirmam que a interpretação do PBF deveria ser aquela emanada por seus idealizadores, por setores da vida nacional comprometidos com o sistema político-econômico vigente, ou seja, de que o PBF é uma conquista dos direitos sociais e um avanço na garantia da cidadania. Alguns estudiosos também assumem o discurso oficial. Fernandes (2006), por exemplo, afirma que alguns beneficiários desconhecem seus direitos, considerando o Programa como uma grande ajuda do governo ou dádiva divina.

A colocação dos autores supracitados nos parece ingênua ou pretenciosa pela diversidade sócio-econômica e cultural do nosso país. Na perspectiva antropológica, a verdadeira interpretação só pode ser feita pelo nativo, por se tratar da sua cultura (GEERTZ, 1989). Ou seja, a compreensão que as famílias têm do PBF foi construída num contexto diferenciado de onde ele foi concebido. A cultura do idealizador não é a mesma do beneficiário.

Outra questão que podemos introduzir nesta discussão é que o descompasso entre a interpretação esperada e a encontrada pode estar demonstrando uma fragilidade do PBF em relação aos direitos sociais. Embora as mães o julguem imprescindível em suas vidas, em nenhum momento o “direito” a uma vida digna ou a noção de “cidadania” estiveram atrelados ao PBF nas suas falas. Pela percepção das envolvidas, parece ficar subtendido que direitos sociais vão além daquilo que o PBF proporciona ou pelo menos não é representado por ele. Além disso, pode-se ponderar se o direito à informação adequada foi ou está sendo trabalhado entre os beneficiários, no prisma da educação crítica.

Tal como encontrado por Fernandes (2006), a subcategoria *ajuda* apareceu nos depoimentos também envolta por um sentimento de gratidão a Deus pelo recebimento do benefício, o qual veio em boa hora:

[...] é uma ajuda...um auxílio, graças a Deus...nem sei o que faria sem isso...Abacaxi.

O mesmo resultado encontrou Mouro (2009), quando estudou os efeitos do PBF em Pelotas, Rio Grande do Sul. As beneficiárias do estudo de Pelotas sentiam-se agradecidas e agraciadas. Em nenhum momento demonstraram perceber que o PBF é um projeto de Governo que visa à garantia de um direito social.

Em nosso estudo, a ajuda do governo, apesar de ser boa e divina, se personifica como algo pouco, pequeno:

[...] é pouco, a gente não reclama porque precisa...Tapioca

Sem desmerecer totalmente as mudanças que o PBF efetivamente imputou aos beneficiários e as definições oficiais dadas a ele, a compreensão que as entrevistadas têm do PBF nos levam a refletir sobre algumas questões: será que as beneficiárias não estão certas em perceber a verba repassada pelo governo como uma *ajuda* e não como um direito social? Que direito de cidadania é esse que não supre as necessidades básicas inalienáveis do cidadão, previstas na constituição brasileira? O repasse feito realmente proporciona vida digna? Qual é a interpretação coerente ou pelo menos a mais coerente? *Ajuda* ou direito social? *Ajuda* ou programa de combate à pobreza? Direito ou pequena compensação pela não garantia do direito pleno a uma vida digna?

Para fomentar o debate, há estudos sérios, afirmando que a “ajuda” oferecida pelo PBF tiraram milhões de brasileiros da extrema pobreza (IBASE, 2008; BRASIL, 2010a) e, de fato, as participantes deste estudo demonstraram, em seus relatos, mudanças positivas em suas vidas proporcionadas pelo PBF. Para valorizar este achado, vale lembrar que neste estudo não foram incluídas beneficiárias que antes viviam em extrema pobreza, para que isto não se tornasse um viés de supervalorização do PBF. Portanto, pode-se admitir que entre as beneficiárias do nosso estudo, a

referida “ajuda”, que não é percebida como direito social, conseguiu promover alterações em suas vidas:

[...] e agora... tem um dinheiro certo pra receber né.... e você recebe esse dinheirinho...Sorvete

[...] agora a gente vai no mercantil...e compra uma bolacha né...uma merenda pros meninos comê assim...à tarde né...antes não tinha né...nada mesmo...agora a gente compra um refrigerante ...antes não tinha...Salada de fruta

De acordo com Schwarzman (2009), o programa traz efetivamente benefícios à população mais pobre, mas seu impacto econômico-social é bem menos significativo que o estimado. A importância do PBF, entretanto, como instrumento político eleitoral é inequívoca.

A presença de um viés político eleitoreiro apareceu na fala das entrevistadas e esteve atrelado à vigência do PBF, além de certo sentimento de desconfiança sobre perenidade da “ajuda”, conforme ilustrado no diálogo entre duas participantes:

[...] não confio, acho que vai acabar...deu até na televisão ... Tapioca

[...] Não...só se o Serra ganhasse...como a Dilma ganhou...o Lula disse que não vai acabar..ela é do lado do Lula...Peixe frito

[...] sei lá...não confio ...[...] Tapioca

Condicionalidades

Tal como é exigido oficialmente, ficou claro entre as beneficiárias a condição de ser pobre para justificar o recebimento do benefício:

[...] assim que nem nós era antes....sem nada certo...sem saber se ia comer à noite...atrasava conta...pobre mesmo, sabe?...Panelada

[...] como a gente muitos precisam..tem muito pobre aqui...Panelada

Ficou evidenciado na discussão também que é relativamente fácil a entrada no programa. Entretanto, alguns questionamentos emergiram do grupo em relação à coerência dos critérios de inclusão das famílias. Algumas falas embutiram descontentamento pelo conhecimento de que algumas famílias, que não têm necessidades intensas, recebem o benefício, enquanto que outras, em situação de extrema pobreza não conseguem ser inseridas:

[...] tem muita gente que precisa e não recebe...e tem gente que tem.... e recebe..tem gente que quanto mais tem...mais qué ..Panelada....

Embora a literatura afirme que o PBF está chegando aos mais pobres e miseráveis (Weissheimer, 2006), tanto há questionamentos dos beneficiários, quanto de estudiosos, que apontam desvirtuamento dos objetivos e inadequação dos critérios de inserção. Fernandes (2006), em seu estudo, encontrou questionamentos das beneficiárias quanto aos critérios de inclusão, referindo-se à quantia da renda *per capita*. Inúmeras famílias que recebem uma mínima quantia acima do valor estipulado pelo PBF ficam de fora.

É necessário considerar que as inscrições para programas de transferência de renda incluem processo que equivale, na realidade, a uma estimativa da renda das famílias. No caso brasileiro, o cálculo é feito com base na renda declarada no momento do cadastramento, o que pode efetivamente favorecer erros e subestimação dos rendimentos. Em 2005, foram aprimorados mecanismos de seleção e controle, com o desenvolvimento de rotinas de averiguação da consistência cadastral (MEDEIROS, BRITTO, SOARES,2007).

A questão do cumprimento das condicionalidades surgiu nas falas do grupo como uma missão imperativa:

*[...] sei que tem de **manter as crianças na escola**, com as vacinas todas...
Salada de Fruta*

*[...] é...e pra não perder você tem que se cadastrar e mandar as crianças pra escola...não pode faltar...e **tem de ir no posto de saúde**..*

Observou-se certa confusão quanto ao que se deve fazer e em que tempo, ficando evidente algum grau de desinformação em relação às condicionalidades ligada à saúde e educação:

[...] eu não preciso mais ir, pela minha idade...tenho 40.. ou tenho? ..tô confusa agora...não fui mais...ah! e também não me recadastrei, fiquei em dúvida se dava tempo ainda...acho que perdi...Tapioca

Quando perguntado ao grupo se alguém explica algo sobre o programa na ocasião do cadastramento, em relação ao tempo de recebimento, sobre o que precisam saber para não perder o benefício, quando inicia e quando acaba, a desinformação fica visível:

*[...] **ninguém explica se vai acabar de uma vez**, mas sei que tem de manter as crianças na escola, com as vacinas certas... Salada de Fruta*

As condicionalidades em relação à saúde são exame pré-natal das gestantes, com visitas duas vezes ao ano, no caso de gestante nas faixas etárias de 14 a 44 anos; acompanhamento nutricional das crianças menores de sete anos; acompanhamento de saúde dos idosos e participação em programas oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que correspondem as reuniões mensais (BRASIL, 2007).

Nos relatos, o peso da obrigatoriedade é evidente, entretanto, não foi observada manifestação contrária. A literatura, porém, tece críticas em relação ao fato de que o PBF, sendo uma política de transferência de renda condicionada à saúde e educação, faz parecer que as pessoas não têm saúde porque não usam o sistema de saúde que está lá à sua disposição e precisam do estímulo financeiro para procurá-lo, caracterizando o

quão inertes são os brasileiros quando se trata de cuidar de si e de fazer valerem seus direitos. (SCHWARZMAN, 2009).

A Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, elaborada pela Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional, mostrou, em relação à saúde, que não houve diferença significativa entre a proporção de crianças com vacinação em dia em domicílios beneficiados pelo PBF em relação aos grupos de comparação - crianças não beneficiárias (BRASIL, 2007; PAES-SOUSA, VAITSMAN, 2005).

Na verdade, o debate em torno das contrapartidas dos programas de transferência monetária abarca diferentes posições. Os que não apóiam o PBF mencionam as condições deficitárias em que se encontra o sistema de saúde brasileiro. As pessoas procuram o sistema de saúde, mas encontram enormes dificuldades nesta busca. Monnerat *et al* (2007) afirmam que a agenda do PBF condiciona o direito à assistência, ao cumprimento de exigências sobre aspectos que na realidade são direitos constitucionais não respeitados pela oferta de serviços insuficientes.

A eficiência de manutenção das crianças na escola deveria ser uma iniciativa das famílias. Além disso, não é discutido, nem considerado, o tipo de educação encontrada por estas crianças e adolescente, que evadem por muitos motivos, mas principalmente pelas péssimas condições educacionais encontradas (SCHWARZMAN, 2009).

De acordo com o mesmo autor, estes programas colocam o problema de acesso à educação e saúde na demanda e não na oferta de serviços. Seria mais rentável para as famílias retirarem as crianças do trabalho infantil, que paga muito pouco e manterem-nas na escola. É equivocado acreditar que o problema da educação brasileira está na demanda, enquanto que o cerne da questão está na oferta de um serviço educacional de má qualidade. Proporcionar a estas pessoas uma renda mínima, que ajude na

sobrevivência do dia a dia, é uma política necessária, independentemente de qualquer condicionalidade.

Monnerat *et al* (2007) colocam que permanece o questionamento: a contrapartida é uma exigência indevida, uma vez que o direito é uma prerrogativa de todos, ou é aceitável porque no Brasil o mais importante seria envolver as famílias nos mecanismos de direitos e deveres com potencial para vencer o assistencialismo e favorecer a cidadania?

Acima de tudo, vale refletir que as beneficiárias estão alheias a estas discussões e passivas diante das condicionalidades, e isto tem um significado que perpassa pelo próprio direito de cidadania, de como ele está sendo garantido e apropriado pela população, principalmente no setor de saúde e educação.

O Beneficiário

Na percepção das entrevistadas, ser beneficiário do PBF tem duas dimensões, impostas pelo que entendem dos critérios de inclusão e condicionalidades. A primeira delas é a pobreza, ser carente, como discutido no item anterior. A outra dimensão é o modo como passam a ser aceitos na comunidade à qual pertencem e como percebem a si mesmos, referindo-se às mudanças que aconteceram em suas vidas, a partir do momento em que se tornaram beneficiárias. Desse modo, ser beneficiário é uma situação de melhora do padrão de pobreza:

[...] é assim... tem gente que é pobre mesmo...não tem nada...e tem nós...que recebemos o bolsa família, aí a gente não se sente mais tão pobre...porque tem gente pior..Tapioca

[...] era uma dureza porque nem na bodega a gente conseguia comprar fiado... porque não sabia se ia ter dinheiro pra pagar..agora não..a gente até compra fiado... Peixe Frito

O estudo de Oliveira (2009) mostrou que algumas beneficiárias do PBF se sentiam “ricas” por terem o privilégio do benefício. Há uma intenção clara de se afastarem da rotulação de pobreza pelo sentido pejorativo que o termo denota.

Weissheimer (2006) afirma que a aceitação dos beneficiários no meio em que vivem cresceu consideravelmente. Esta situação mostra aspectos positivos como a possibilidade da construção de redes locais de proteção e apoio social e da melhoria na auto-estima dos beneficiários, elemento fundamental para a construção de estratégias voltadas para a saída da situação de pobreza extrema.

Dornelles (2010) encontrou, em Camaçari, que para as mães inseridas no PBF, ser beneficiária não é um rótulo comum, vago e inconseqüente. Há importantes efeitos sociais. Na verdade, as famílias beneficiárias refletem e analisam seu presente, passado e futuro ligados ao PBF.

A idéia de situação de **Segurança Alimentar e Nutricional** neste estudo foi manifesta pela visão de mudança positiva na renda familiar, o que influenciou no *poder de compra, consumo de alimentos e estado nutricional*, que se caracterizam como sendo as subcategorias.

Como era intenção do estudo dar enfoque às mudanças alimentares, foi mencionado pelo moderador (pesquisador) que as beneficiárias tinham falado pouco sobre essas mudanças na compra e consumo de alimentos, após o recebimento do benefício e perguntado ainda o que havia de fato mudado em suas vidas em relação à alimentação.

Todas as categorias formadas a partir dos discursos das beneficiárias entrelaçaram-se de uma forma ou de outra à **Segurança Alimentar e Nutricional**. Vários são os estudos que atestam as melhorias das condições alimentares dos beneficiários do programa, revelando que a transferência de renda deu condições de compra de bens de consumo, como alimentos em maior quantidade e melhor

qualidade, entre outros gêneros (BRASIL, 2010a, IBASE, 2006, BANCO...,2010). Como isso se configura neste estudo discutiremos a seguir.

Poder de Compra

Nos relatos das beneficiárias ficou explícito que houve mudanças significativas quanto à renda transferida, principalmente porque a garantia de recebimento, por menor que seja o valor, possibilitou a melhoria do crédito local, caracterizando um aumento sensível do poder de compra:

[...] agora a gente também pode comprar coisas a prestação...Salada de fruta

[...] agora a gente tem crédito...a gente compra fiado...ou pede dinheiro emprestado...e a eles confiam na gente porque sabem que a gente recebe...Peixe frito.

[...] até remédio a gente compra.... Abacaxi

[...] era uma dureza porque nem na bodega a gente conseguia comprar fiado..porque não sabia se ia ter dinheiro pra pagar..agora não..a gente até compra fiado ...Peixe frito.

Corroborando a discussão da diminuição da pobreza (IBASE, 2008; BRASIL, 2010a), de acordo com o estudo de Faganelo (2010), nos últimos seis anos houve uma redução da pobreza e ampliação da classe média, simultaneamente à melhoria nos índices de concentração e desigualdade de renda. Os programas de transferência de renda incrementaram o consumo das famílias, auxiliando a queda da pobreza e da extrema pobreza, reduzindo a desigualdade social, aumentando inclusive a renda de classes superiores.

A contribuição dos programas de transferência de renda, como o PBF, foi de 20% na redução da desigualdade social, 12% na redução das desigualdades de renda devidas à educação, 8% no aumento do salário mínimo e das aposentadorias e favoreceram em 2% a redução no desemprego (FAGANELO, 2010).

A pesquisa executada pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e pela Universidade Federal da Bahia, que também avaliou o impacto do PBF sobre a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, enfatizando as questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, mostrou que as famílias apontaram para melhor tratamento pessoal no local de moradia e aumento do crédito no comércio, o que reflete em maior inserção das famílias nas redes de sociais (PAES-SOUSA, VAITSMAN, 2005; BRANDÃO, DALY & GOUVÊA, 2007).

O incremento do poder de compra das classes inferiores, entre elas os beneficiários do PBF, promoveu um efeito em cascata em aumentar o poder de compra das classes superiores, uma vez que o incentivo ao crescimento econômico está diretamente ligado ao aumento do mercado consumidor. Esse investimento nas famílias mais pobres significa muito para desenvolvimento econômico, porque contribui para que as pessoas possam consumir mais, comprar mais, e isso retroalimenta o crescimento da economia (FAGANELO, 2010; EUSEBIO, 2009).

Consumo de Alimentos

É necessário reiterar que esta subcategoria, *Consumo de Alimentos* não surgiu por manifestação espontânea do grupo, como aquelas que foram até agora apresentadas. As falas sobre alimentação foram por estimulação induzida, ainda que minimamente, visando atender os objetivos da pesquisa.

Nos relatos deste estudo a compra de alimentos esteve presente, mas não com destaque, ficando a decisão de compra dividida entre alimentos, gás, conta de energia e água, material escolar e objetos do vestuário.

Esse achado foi esperado, por isso ter sido planejado induzir a discussão sobre consumo alimentar, caso não surgisse espontaneamente. Mas, também estava previsto

que o imaginário dos profissionais de saúde poderia estar impregnado da visão de que as beneficiárias se preocupassem ou devessem dar prioridade à compra de alimentos, a despeito de considerar a imperatividade das vontades humanas sobre suas decisões, tal como acontece com as demais classes sociais.

Alguns estudos encontram resultados dentro da lógica que os beneficiários devam dar ou dão preferência à compra de alimentos (BRASIL, 2010a, IBASE, 2006, FAGANELO, 2007; BANCO..., 2010) ou pelos menos fiquem tendenciados (SEM, 2007). Entretanto, este perfil não se revelou com grande destaque nesta pesquisa, outras prioridades surgiram com o mesmo grau de importância:

[...] bem...antes do bolsa familia era um sufoco né...eu... depois que eu passei a receber o BF eu passei a pagar a água e luz com ele né...Peixada.

[...] é que agora a gente tem o dinheiro certo pra comprar comida...antes a gente não tinha...não mudou muita coisa...só que agora a gente tem dinheiro certo e garantido pra comprar e compra...Tapioca.

[...] mudou sim...olha...era uma tristeza muito grande...nem sabia se ia comer até de noite.. mas agora....agora..a gente tá no céu... porque pra mim foi uma ajuda muito grande...eu compro comida, pago o gás...eu pago a água a luz..e o que sobra eu compro as coisas pros meus filhos né...Abacaxi

A garantia do recurso mensal dá às mães beneficiárias a segurança mínima de administrar suas compras, distribuindo sua renda de acordo com sua decisão. Como pode ser visto nos relatos acima, a compra de alimentos tem peso na decisão, mas também é muito valorizada a compra de outros bens como água, luz e gás, este último consideram elemento indispensável à preparação da alimentação:

[...] porque ficar sem gás não dá...como a gente vai comer....sem gás? Peixe frito

O grupo revelou que não só a quantidade de alimentos comprados aumentou como também a qualidade sofreu alguma modificação ainda que esteja longe da

qualidade e quantidade nutricional mencionada na definição de segurança alimentar e nutricional (CONSELHO...,2004).

A primeira coisa que chamou atenção nesta abordagem foi que passaram a adquirir alimentos protéicos considerados mais nobres, como carne vermelha, frango e miúdos, além do leite das crianças.

Ainda que a renda não permita a compra de porções de protéicos suficientes para durarem o mês todo, em alguns dias do mês eles estão presentes na dieta destas pessoas. Como acontece na sociedade de um modo geral, o ovo, com alto valor nutritivo, não tem prestígio entre as entrevistadas:

[...] e carne né? Agora a gente compra...e frango..é pouco mas antes só comia quando ganhava...comia mesmo era ovo quase todo dia..Panelada

[...] eu compro muito é sarrabulho....que eu adoro...antes eu comia só quando ganhava...agora compro...é barato ..e de domingo eu compro miúdo. Que custa só R\$1,80 o quilo .faço com jerimum e arroz e macarrão assim...e todos adoram...Peixe frito.

Quando perguntadas pela duração dos estoques de alimentos comprados no mês, as mães referiram melhorias em relação à situação anterior ao benefício. Ficou latente que ainda não é suficiente o que conseguem comprar em relação a alguns alimentos com preço de mercado maior, como os alimentos protéicos:

[...] as carnes duram menos....mas o resto dá sim.. a gente compra quando o dinheiro sai e vai puxando daqui e dali...Peixe frito.

[...] o básico dá pro mês... mas carne, galinha.... só às vezes...o leite do meninos é que preocupa mais...Tapioca

[...] compro carne quando recebo...corto e guardo no congelador...vou pegando aos poucos...senão acaba tudo num dia só...dá para uns quatro almoços... Panelada

Weissheimer (2006) encontrou uma redução de mais de cinco pontos percentuais na quantidade de pessoas que registraram o fim do estoque familiar de alimentos antes do período do novo recebimento de dinheiro para reabastecer seus estoques. O que revela mais um aspecto positivo do PBF na segurança alimentar das famílias.

Outra evidência importante é a presença do leite na preocupação de compra de algumas mães. Embora os filhos não sejam mais tão pequenos, o consumo de leite ainda é privilegiado pelas mães:

[...] agora compro o leite todo dia para os meninos e carne mais vezes que antes...Tapioca

A compra rotineira do leite pode significar um passo importante para a segurança alimentar e nutricional das famílias, uma vez que tem qualidades nutricionais importantes, principalmente pelo aporte que cálcio e proteínas de alto valor biológico.

Nos estudos do Ibase (2006), o leite ficou em terceiro lugar na preferência de compra das famílias brasileiras beneficiárias, perdendo para o açúcar e os cereais, respectivamente. Mas no nordeste, ele foi menos preferido pelas famílias no momento da compra.

Faganelo (2007) encontrou o leite no oitavo lugar na preferência de compra e que a prioridade de compra entre os alimentos são o arroz, as batatas e o café, ficando as carnes em quarto lugar na ordem de compra. Ficou evidente o destaque aos protéicos, o que pode revelar um significado subentendido de empoderamento na atual situação das famílias que agora podem comprar estes alimentos antes inacessíveis, ainda que em quantidades insuficientes.

Um estudo de Ibase (2006) mostrou que biscoitos, considerados supérfluos, tem a preferência em 68% dos beneficiários, mas Faganelo (2007) encontrou que os supérfluos estão na categoria dos descartáveis diante da dificuldade iminente.

Menezes (2006), em relação aos efeitos do PBF na alimentação dos beneficiados, afirma que o básico é entendido como essencial e é composto pelos cereais, feijões, raízes e alimentos doces. As carnes são alimentos nobres, comprados eventualmente e o leite é supervalorizado como alimentação infantil. O entendimento de alimento saudável tem o foco nas frutas e hortaliças, sendo menos consumidas. Os refrigerante e guloseimas foram classificadas como bobagens.

As frutas e hortaliças também aparecem nos relatos das beneficiárias estudadas, mas com importância secundária aos protéicos de origem animal:

[...] dá pra ir no mercantil...comprar alguma fruta...antigamente um filho da gente nem podia comê uma fruta...o pouco que a gente ganhava já era pra pagar as coisas né...não dava pra comprar nada...Salada de Fruta

Em relação às quantidades compradas de alimentos, houve uma melhora em relação ao passado, segundo alguns relatos. Isto significa um avanço na garantia da segurança alimentar, implementado inclusive pela melhoria do crédito local que as famílias beneficiárias revelaram. O reverso desta tendência pode ser o problema de sobrepeso e obesidade, que já está instalado também nesta classe social, principalmente fundamentado pela preferência de compra de alimentos calóricos como os alimentos doces e cereais, refrigerantes e guloseimas (WERSSEIMER, 2006).

Entre as beneficiárias a compra de guloseimas como sorvete e refrigerante aparecem com destaque para elevação de um *status* social:

[...] sorvete, refrigerante...antes tomava aquele suco de pacotinho...Sorvete.

[...] sorvete para minha filha... e pizza pra mim...adoro pizza, mas não compro ...é muito cara..Salada de Fruta

O desejo de comprar pizza e refrigerante revela que o poder de compra possibilita sonhar em adquirir e, possivelmente, fazê-lo. Por outro lado, as observações das intenções não reveladas mostraram um sentimento compartilhado entre o desejo de consumir algo e saber que terá de pagar um valor maior por isso.

Estado Nutricional

Outra subcategoria estudada dentro da **Segurança Alimentar e Nutricional**, o *estado nutricional*, foi explorada, perguntando às participantes do estudo se houve modificação do peso para mais ou para menos nelas próprias ou em algum membro de suas famílias, após o recebimento do benefício.

As respostas confirmaram evidências visuais, uma vez que, a maioria aparentava sobrepeso ou obesidade, exceto por duas, que eram idosas. O peso é um indicador biológico da segurança alimentar das pessoas, uma vez que os índices antropométricos constituem uma maneira bastante sensível de detectar casos de má nutrição e onde há má nutrição, provavelmente há insegurança alimentar e nutricional (HOFFMANN, 1995).

O sobrepeso e obesidade estão presentes em famílias que passam ou passaram por algum grau de insegurança alimentar, como resultado de práticas alimentares inadequadas, com alto consumo de alimentos refinados, gordurosos e doces.

Esta situação corrobora outros estudos quando afirmam que a insegurança alimentar e nutricional progressiva pode desencadear sobrepeso e obesidade num presente mais farto. Além do fator renda, a composição da dieta também está relacionada ao nível de segurança alimentar, porque, quanto maior a insegurança alimentar menor o consumo de alimentos ricos em micronutrientes, resultando em dietas pobres em vitaminas, sais minerais e fibras e, altos teores de energia (SEGALL-CORRÊA, 2007; PANIGASSI, 2008).

Nos relatos sobre o estado nutricional surgiu um panorama inesperado na pesquisa, o envolvimento da Escola Giuliana Gali na alimentação das beneficiárias e seus filhos, revelando efeito importante no estado nutricional. A escola, local a partir do qual as beneficiárias foram convidadas a participar da pesquisa, ofereceu por muito tempo almoço a 120 crianças e mães da comunidade. Elas afirmaram que a refeição muitas vezes oferecida pode ter influenciado no ganho de peso, assim como o aumento da renda:

[...] engordei e lá em casa muitos engordaram, mas não sei se é só pelo Bolsa Família, a gente comia no colégio também ...Panelada

[...] é lá em casa engordamos...os meninos comem muito... o meu Matheus engordou...mas também come no colégio...Tapioca.

Vale destacar que a Escola Giuliana Gali apareceu no discurso das beneficiárias com um forte aparato social, valorizada tanto quanto o PBF.

A terceira categoria extraída dos discursos do grupo focal foi a **Insegurança Alimentar e Nutricional**, formada pelas subcategorias *Valor do benefício, Duração do Programa, Estrutura Familiar e Subemprego/Desemprego*

Valor do benefício

Há críticas aos programas de transferência de renda no sentido de que possam até dar um alívio à situação de miséria, mas, pelo seu valor exíguo, não constituem mecanismos reais e apropriados para dar aos beneficiários uma porta efetiva para sair da situação de pobreza, desemprego ou subemprego em que vivem (SCHWARZMAN, 2009):

[...] eu sou aposentada, recebo trezentos e oitenta “real” mas mesmo assim não dá...são doze netos ..é muito...Peixe frito.

[...] dá, quer dizer às vezes não dá porque tem também que comprar outras coisas...uma roupinhas pras crianças.. Dali a gente tem que trabalhar, lutar e ir atrás de outras coisas...Salada de fruta

Pelas falas das beneficiárias o valor do benefício, obviamente, não permite que fiquem sem procurar trabalho ou outras formas de complementar a renda da família:

[...] também não dá pra contar com isso pra comer porque acaba e a gente tem que comer todo dia... Peixada.

[...] não dá pra ficar contando só com bolsa família não...Salada de Fruta

A caracterizada *ajuda* acrescenta pouco à renda familiar, que já é insuficiente, e se não fosse assim, as beneficiárias não estariam recebendo o benefício. Portanto, a situação de insegurança alimentar e nutricional está presente, ainda que num grau menor. No passado era pior:

[...]a gente catava latinha...passava uma boa parte do dia por aí catando lata... a gente ia pra um lado e pro outro...corria a cidade toda...vendia no peso, mas era difícil.. meus meninos pediam pãozinho ali na vila...eles ainda lembram disso....Salada de fruta

A literatura é dicotômica em relação à avaliação da renda transferida, ao valor real do benefício em face às despesas básicas de uma família carente. Os questionamentos se contrapõem no que se refere ao valor venal do benefício, ao seu significado econômico (aumento percentual do poder de compra) e seu significado social (inibição da autonomia/ saída de linha da pobreza).

Do ponto de vista do impacto econômico, o benefício monetário médio de R\$ 61, 77 proporciona um aumento médio de 40,05% na renda familiar, chegando a 60,1% no caso das famílias extremamente pobres, ou seja, aquelas que se encontram na faixa de renda de até R\$ 60,00, o que não é o caso das beneficiárias estudadas por

nós . Entre os extremamente pobres, o benefício permite que cerca de 49% saiam desta condição (XAVIER e FREIRE, 2008).

Por outro lado, as críticas que apontam o valor repassado, que varia entre R\$22,00 e R\$ 200,00, como insuficientes, pois a família permanece na situação de não poder exercer o seu poder de compra com dignidade, fazendo apenas o papel de encorpar as estatísticas de cobertura do programa.

O valor do benefício do PBF se contrapõe ao Direito à Alimentação Adequada (DHAA), uma vez que mesmo o valor máximo (R\$200,00) não é suficiente para cobrir os gastos com necessidades básicas dos beneficiários. Não garante uma alimentação segura, em quantidade suficiente e de modo permanente, direito previsto na LOSAN (Lei de Orgânica Segurança Alimentar e Nutricional) (SILVA;YAZBEK;GIOVANNI, 2004; ZIMMERMANN, 2006).

Zimmermann (2007) alerta para as fragilidades do Programa Bolsa Família no que tange à garantia dos direitos sociais não contributivos. Parte do pressuposto de que os problemas do PBF somente serão solucionados através da introdução de uma renda básica universal.

Vale destacar que a Lei que institui a *Renda Básica de Cidadania* no Brasil, foi aprovada em 8 de janeiro de 2004, e se fosse implementada, superaria todas as iniciativas de transferência de renda. Isto porque é um benefício incondicional, de caráter universal, onde todos, independentemente da origem, raça, sexo, condição civil ou sócio-econômica, terão direito (SUPLICY, 2003). Trata-se de uma proposta que pode vir a constituir-se em iniciativas que melhor caracterizem a construção da garantia do direito de cidadania.

A lei da renda básica de cidadania determina valor igual para todos e suficiente para as despesas mínimas com *alimentação, educação e saúde* de cada cidadão, com

caráter incondicional de acesso (sem condicionalidades), além de ultrapassar o mero objetivo de apenas combater a fome (ZIMMERMANN, 2007).

O contexto da renda básica de cidadania parece justo, uma vez que inclui todos os brasileiros, descaracterizando assim muitos aspectos negativos das políticas sociais compensatórias. Entretanto, desde sua sanção em 2004 até hoje, não houve divulgação ampla da sua existência e não foi efetivada.

Duração do programa

Esta subcategoria foi representativa de alguns relatos e interpretações que acenaram uma grande preocupação com a duração do PBF. É notório que sabem da possibilidade de serem desvinculadas caso não cumpram as condicionalidades, mas o sentimento mais arraigado é o medo do fim do programa, medo do desligamento, a incerteza da continuidade:

[...]se acabar vai ser muito ruim...pra mim né, não sei para os outros, eu não trabalho...então .. [...] Abacaxi

*[...] sei que tem de **manter as crianças na escola**, com as vacinas todas...mas dá medo de não fazer certo [...]* Salada de Fruta

[...] ninguém explica nada...a gente acha que vai acabar.. a gente fica pensando né...se acabar como a gente vai fazer...tenho medo ...Tapioca

A perspectiva de uma situação ruim se o PBF acabar está explícita nas falas. Embora afirmem que o PBF dá segurança, como discutido previamente, o medo de perder o benefício impõe um sentimento de preocupação, principalmente, pelo que a *ajuda* representa de positivo.

A pessoa que depende da *ajuda* estará sempre a mercê de outra pessoa, instituição ou Estado. Não pode ficar tranqüila com algo que é um favor, um obséquo, pois este cessará no momento em que o cedente assim o quiser (MEGA, 2008).

Por outro lado, e até mesmo como comportamento de reforço ao medo e à insegurança quanto à duração do PBF, ter filhos na escola, no contexto do grupo, é uma estratégia de sobrevivência, de garantia de receber o benefício do PBF, como pode ser entendido no diálogo abaixo:

[...] enquanto tiver filho na escola...não acaba...Salada de fruta

[...] é...isso é verdade...Panelada

Estrutura familiar

A idéia do desamparo familiar, principalmente em relação ao marido ou companheiro esteve latente nas falas, revelando uma estrutura familiar predominantemente composta por mulheres e número expressivo de filhos ou netos:

[...] ôcheee é só o que tem... tem muita mulher sozinha criando filho... Todas

Apesar da redução do tamanho da família ser uma tendência em nosso país (FERNANDES, 2006) ainda é comum famílias numerosas no nordeste brasileiro, principalmente no contexto da fome e da insegurança alimentar (GUBERT, BENÍCIO, SANTOS, 2010), que se confirma no grupo estudado:

[...] eu tenho sete filhos...uma escadinha...por isso não tenho trabalho..Panelada

[...] minha irmã tem cinco, eu tenho dois...Tapioca

[...] eu crio doze netos....Peixe frito

Em oposição a esta realidade, o benefício inerente ao PBF assiste no máximo três filhos (BRASIL, 2006a). Desse modo, o PBF que já fica a desejar quanto ao valor monetário, também não contempla todo o quantitativo familiar.

Subemprego/desemprego

As beneficiárias do grupo estudado não possuem nenhuma qualificação profissional, trabalham em subempregos e são mal remuneradas:

[...] lava roupa...faz faxina, cata latinha.. se vira... a gente não pode ficar esperando só o bolsa família não...tem que procurar outras coisas...Todas

[...] os meus netos...tratam um jardim...trocam pneu...me ajudam..Peixe frito

[...] continuo fazendo algumas coisas que fazia antes, assim...chego na casa de alguém e arrumo, se a pessoa tá precisando...tiro o lixo e a pessoa me paga...é assim ...Salada de fruta

Elas reconhecem sua condição social e mostram que não têm receio de trabalho, mostram força para continuar lutando, a despeito da pouca remuneração e da informalidade. Sabem que podem contar consigo próprias:

[...] a gente se vira, sabe... de qualquer jeito ...Tapioca

Estudo de Weissheimer (2006) também mostrou que a maioria das mulheres beneficiárias tem baixa escolaridade, pouca formação profissional e raríssima qualificação para o mercado de trabalho atual. Desta forma, ocupam empregos informais.

Alguns estudiosos consideram que o repasse direto de recursos em dinheiro para os mais pobres é responsável por produzir efeitos negativos na relação desses

com o trabalho (WEISSHEIMER, 2006; COSTA *et al*, 2009). Eles acreditam que a transferência de renda pode estimular à acomodação, na medida em que garantido o mínimo para a sua sobrevivência, os assistidos se sentiriam desobrigados à busca de trabalho.

No raciocínio dos estudiosos supracitados (WEISSHEIMER, 2006; COSTA *et al*, 2009), a desmotivação ao trabalho postergaria a tão almejada saída do Programa, comprometendo seriamente a melhoria das condições econômico-sociais que culminaria na desvinculação das famílias beneficiárias. Entretanto, esta não foi a realidade encontrada pelos autores e nem por nós neste estudo. As beneficiárias entrevistadas modificaram de alguma forma sua condição de trabalho e continuam buscando ocupações diversas para complementar a renda mensal:

[...] continuo fazendo algumas coisas que fazia antes, tipo...chego na n casa de alguém e arrumo...tiro o lixo e a pessoa me paga...é assim...Salada de fruta

[...] a gente pede pra varrer uma casa, lavar uma roupa...a consegue...os meus netos varrer jardim e trocam pneu...ajuda né... Peixe frito

[...] lava roupa...faz faxina, cata latinha.. .se vira... a gente não pode ficar esperando só o bolsa família não...tem que procurar outras coisas...Todas

[...] eu continuo costurando como antes...Abacaxi

A questão a ser analisada é referente ao tipo de emprego encontrado por estas mulheres. Não há segurança ou garantias trabalhistas, uma vez que a maioria das moradoras de comunidades carentes trabalha sem vínculo oficial ou qualquer tipo de benefício garantido (ROSA, 2009), como no caso das mulheres deste estudo.

A situação de insegurança e instabilidade de trabalho, revelada aqui, se conecta com a instabilidade dos lares, muitos deles chefiados por mulheres com baixa escolaridade e pouco acesso à profissionalização, o que dificulta sobremaneira a

empregabilidade desta população, contribuindo para o aumento da fome e da miséria (HOFFMAN, 2006). Quando empregadas, seus rendimentos são inferiores ao dos homens. A PNAD (2004) identificou que o rendimento médio das mulheres é 69,5% menor (BRASIL, 2006a).

O ciclo vicioso de produção da fome tem aspectos locais e globais. O aumento da fome e da miséria é potencializado pela crise mundial que provoca o desemprego, o subemprego, que conseqüentemente reduz a renda das famílias, dificultando o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo a uma alimentação saudável e de qualidade (VELOSO, CARNEIRO, 2010).

Nos discursos analisados, não ficou evidente que as beneficiárias conhecem os programas de apoio ao PBF presentes no discurso oficial, os quais fariam articulação de uma série de programas de diferentes ministérios oferecendo uma porta de saída, ou seja, condições de o indivíduo não depender mais de favores oficiais. Do mesmo modo, Costa *et al* (2009) também não encontraram revelação significativa de que as beneficiárias estudadas por eles tivessem participado de programas de capacitação eficientes para garantir modificações na sua situação de profissionalização.

A sazonalidade das ocupações preocupa as mulheres deste estudo, pela visão de uma perspectiva futura de instabilidade e retorno às dificuldades antes enfrentadas. Acreditamos que, acertadamente, elas mantêm suas ocupações anteriores numa forma de garantia mínima de sustento das famílias.

A partir dos achados analisados e discutidos dentro do contexto estudado, conclusões e considerações finais puderam ser elaboradas e estão apresentadas nas seções posteriores.

6 CONCLUSÃO

A partir da análise dos resultados encontrados concluiu-se que pela percepção dos sujeitos do estudo, o PBF foi responsável por diferentes formas de modificações na vida das beneficiárias, incluindo a Segurança Alimentar e Nutricional, no que tange ao acesso domiciliar a alimentos, entretanto a discussão sobre o acesso a alimentos e as características deste acesso não surgiram espontaneamente no grupo de discussão, tendo sido necessária a motivação induzida. De alguma forma, o benefício do PBF trouxe algum alívio da situação de pobreza e insegurança alimentar, no entanto, a compra de alimentos não se revelou como uma prioridade, uma vez que as beneficiárias têm necessidades diversas para uso da renda do PBF. Ficou claro que, se prioridade fosse dada à compra de alimentos, necessidades básicas essenciais estariam comprometidas.

Dentro desta perspectiva o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional não está seguramente aplicado na realidade vivida por estas beneficiárias. Estas famílias somente estariam em segurança alimentar e nutricional caso o benefício fosse suficiente para o acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e constante, dentro de um contexto onde a infraestrutura oferecida às famílias permitisse a satisfação das outras necessidades também imprescindíveis.

Pode-se entender que houve uma moderada melhoria na SAN, comprovada pelo aumento do poder de compra, que viabilizou o consumo de mais alimentos e com melhor qualidade nutricional, que pode ter implicado numa modificação do estado nutricional, embora este resultado não possa ser atribuído exclusivamente ao PBF. Isto porque houve a interferência da alimentação oferecida pela Escola Giuliana Gali para os alunos mais carentes e suas mães.

A INSAN foi identificada nas famílias quando se considera o pequeno valor monetário do benefício, que confere maior poder de compra, mas limita sobremaneira esta ação. Ficou igualmente esclarecido que o fim do programa colocaria estas famílias

em INSAN e isto é percebido por elas pela revelação do medo e do sentimento de insegurança em relação a como fariam sem essa ajuda do PBF. A INSAN também pode ser percebida por se tratar de famílias numerosas diante de poucos recursos financeiros e por não terem acesso a empregos formais com garantias trabalhistas e salários compatíveis.

Em relação à percepção que as beneficiárias têm do significado do PBF a revelação é que ele representa uma pequena ajuda, transitória e condicional ao cumprimento de algumas regras na área da saúde e educação. O sentimento de ser beneficiária significa, a princípio ser pobre, para garantir a inserção no programa e posteriormente, estar em uma posição mais confortável no seu contexto social. As participantes deste estudo ressaltaram que se sentem em situação de privilegiadas por estarem no PBF. Nos relatos ficou evidente que a percepção que têm de si mesmas após terem sido incluídas no programa é que não são mais pobres como antes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Trabalho decente, informalidade e precarização do trabalho**. In: ROSSO, Sadi dal; FORTES, José Augusto Sá. *Condições de trabalho no limiar doséculo XXI*. Brasília: Épocca, 2008.
- ABREU, Edeli Simioni de et al . Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. **Saude soc.**, São Paulo, v. 10, n. 2, Dec. 2001.
- ALMEIDA, CAN; RICCO, RG. Avaliação do estado nutricional com ênfase à antropometria. **Revisões e ensaios**. Disponível online em:< <http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/html/392/body/08.htm>> Acesso em 12/03/2010.
- ALENCAR, Álvaro Gurgel. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Rev. bras. polít. int.** v.44 n.1 Brasília Jan./Jun, 2001
- AGUIAR, A. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS). **Programa Bolsa Família**, 2009. Disponível online em:< http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e Acesso em: 22.03.2010.
- ANANIAS,P. Bolsa Família e o crescimento do país. **Gazeta Mercantil**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/080606_Patrus_Gazeta.html > Acesso em 210.02.2010.
- ASCHIDAMINI, I.M.; SAUPE, R. **Grupo Focal: estratégia metodológica qualitativa, um ensaio teórico**.2003. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/1700/1408> > acesso em 25.03.2010.
- BANCO DO NORDESTE. **Análise dos impactos do Programa Bolsa Família na área de atuação do BNB e no Brasil**. Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste – ETENE.disponível online em:< http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/iis_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: 26.10.2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª edição, Lisboa-Portugal: Editora 70, 2006.
- BARROS, RP; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 42, fev. 2000.Disponível em:<

http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/desigualdade%20e%20pobreza%20ipea800.pdf > Acesso em 22.03.2010.

BATISTA FILHO, M. Alimentação, Nutrição e Saúde. In: ROUQUAYROL, M.Z.: **Epidemiologia e Saúde**, 5ª Ed. Rio de Janeiro: Médice, 1999 p. 353-374.

BOSCHETTI I. **Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal**. Observatório da cidadania: IBASE, 2007. Disponível em <http://www.ibase.br/userimages/seguridade1.pdf>, acesso dia 08 de fevereiro de 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** /Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica - 2ª ed. rev - Brasília, 2003

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Legislação e Instruções. 2006a. Disponível em <www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu-superior/legislacao>. Acesso em: 25.02.2010.

_____. Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios. **Suplemento de segurança alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados - Volume II - Bolsa Família e Assistência Social**. Brasília: MDS, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2010a Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san>> Acesso em 28/02/2010.

_____. **Gestão de Condicionalidades**. Secretaria Regional de Renda de Cidadania (SENARC).2010b Disponível em:< http://www.undp-povertycentre.org/doc_africa_brazil/9.SENARC_Condicionalidades.pdf > Acesso em 01.04.2010 b.

BRANDÃO A, DALT S, GOUVÊA VH. **Segurança Alimentar e Nutricional entre os beneficiários do Programa Bolsa Família**. In: Vaitsman J, Paes-Sousa R. (Org.). Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados - Volume II - Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: MDS, 2007.

BROCHARDT, Viviane. **Construindo o conceito de segurança alimentar**. Rede de Tecnologia Social. Disponível em:< <http://www.rts.org.br/noticias/destaque->

4/construindo-o-conceito-de-seguranca-alimentar-e-nutricional > Acesso em 28.02.2010.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, June 2009.

CAMPOS, O.S. Bolsa Família não freia busca de emprego. *Prima Página*. 2008. Disponível online em < http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2999 Acesso em 30.11.2010.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 3, June 1996.

CHOMA, J. **As políticas sociais compensatórias e os governos de esquerda na América Latina**. Disponível online em: < <http://www.slideshare.net/fabriciorocha/as-polticas-sociais-compensatrias-e-os-governos-de-esquerda-da-amrica-latina> > Acesso em 10.12.2010.

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONGEMAS). **As condicionalidades no contexto do Programa Bolsa Família, Brasília**. 2008. Disponível em: < <http://www.congemas.org.br/condicionalidades1.pdf> > Acesso em: 01.04.2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Outros/LivroConsea_DocumentoReferencia.pdf > acesso em 02.07.2010.

COSTA, C; PASQUAL, M. **Participação e políticas públicas na segurança alimentar e nutricional no Brasil**. 2004?. Disponível em : < <http://www.polis.org.br/utilitarios/editor2.0/UserFiles/File/Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20na%20SAN%20no%20Brasil.pdf> > acesso em 26.06.2010.

COSTA, E. M. A.; PINTO, N. M. DE A.; FIÚZA, A. L. DE C.; ANDRADE, C. A. L. DE; CARNEIRO, M. P. A. K. B. **Programa de garantia de renda mínima: acomodação ou empoderamento das famílias beneficiárias?** 2009. Disponível online: < www.xx-cbed.ufc.br/arqs/public/t_23.pdf > acesso em 01.12.2010

CUNHA, R E; PINTO, BHBC. **O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental na sua implementação.** XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

CYSNE, R P. Desigualdade de Renda e Políticas Distributivas: Duas Questões Metodológicas **.Reportagens de Política e Economia.** 2009. Disponível em:<
http://www.fgv.br/professor/rubens/HOMEPAGE/ARTIGOS_E_REPORTAGENS_D_E_POL_ECON/Artigos_Publicados/2009/Desigualdade%20de%20Renda%20e%20Pol%C3%ADticas%20Distributivas_original.pdf > Acesso em 10.11.2010

DE ANTONI, C., MARTINS, C., FERRONATO, M. A. , SIMÕES, A., MAURENTE, V., COSTA, F. & KOLLER, S. H. (2001). Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n.53, vol.2, p. 38-53.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. Indicadores nutricionais e políticas públicas. **Estud. Avançados.** 2003, v.17, n.48, p. 131-135.

DORNELLES, D. Y. F. Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 132 - 149, jan./jun. 2010

DRAIBE S, FONSECA AM, MONTALI L. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologia de Avaliação. In Lobato AL. **Garantia de renda Mínima: ensaios e propostas.** Brasília: IPEA, 1998.

DULCI, O S. Transferência de renda e política social: Modelos e trajetórias institucionais na América Latina. **Relações Internacionais**, PUC, Minas Gerais, 2009. Disponível em:<
http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/America_Latina/10-Otavio_dulci.pdf
 > Acesso em 03/03/2010.

EUSEBIO, G. L. **O Cobertor Social da Crise. Desafios.** Brasília: abril de 2009. Disponível online em:<
<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/50/pdfs/rd50not04.pdf>..Acesso em 15.12.2010.

FAGANELO, M. **Comportamento do Consumidor de Baixa Renda. Seminário.** “Classes C, D e E: Como atender as necessidades e desenvolver produtos para o consumidor dos segmentos de baixa renda. Internews. São Paulo, 2010.

FERNANDES. R.G. **Programa Bolsa Família:promoção de cidadania?** Monografia. Curso de Serviço Social de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

2006. Disponível online em:< web.intranet.ess.ufrj.br/monografias/102053814.pdf > Acesso em 10.12.2010

FONTANELA, B.J.B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v.1, p.17-27, jan, 2008.

FIVIMS . FOOD INSECURITY AND VULNERABILIT INFORMATION AND MAPPING SYSTE. International Scientific Symposium on Measurement and Assesment of Food Deprivation and Undernutrition – **Executive Summary**, 2002. Disponível em :< www.fivims.net/static.jsp?lang=en&page=ISS > acesso em 02.02.2010.

FONSECA AMM; VIANA ALA. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência e Saúde Coletiva**. 12, n.6, Rio de Janeiro, Nov./dez. 2007.

FISBERG, RM; SLATER,B; MARCHIORI, DML; MARTINI, LA. **Inquéritos Alimentares**: métodos e bases científicos. São Paulo: Manole, 2005. 333p.

FLANDRIN, J.L. & MONTANARI, M. **História da alimentação**. São Paulo, Estação Liberdade. 1998.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 20, n. 1, 2007 .

FREITAS, RCM. Programas de ombate à pobreza: o papel das mulheres. em **Contribuciones a las Ciencias Sociales**,2008. Disponível em:< www.eumed.net/rev/cccss/02/rcmf.htm > acesso em 09.07.2010.

GATTI, BA. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília-DF: Liber Livro Editora, 2005.

GARSCHAGEN, S. Transferência de renda: resgate social. Desafios do Desenvolvimento. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Novembro/Dezembro, 2007. Disponível em: < <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/38/pdfs/rd38not04.pdf> > Acesso em 05.03.2010.

GODOY, A S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. RAE Artigos. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-39, mai/jun.1995.

GUBERT, M.B.; BENÍCIO, M.H.D; SANTOS, L.M.P. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.8. p.1595-1605, ago, 2010.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, Aug. 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 25.04.2010.

HERNÁNDEZ, L. O.; GUTIÉRREZ, M. N. A.; PÉREZ, A. E. N.; FONSECA, N. P.; GÓMEZ, Y. R. Em escolares de la Ciudad de México lá inseguridad alimentaria se asoció positivamente com el sobrepeso. **Rev. Investigación Clínica**, v. 59, n.1, p. 32-41, jan-fev 2007. Disponível online em :< http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-8376 > acesso em 10.11.2010

HODDINOTT,J; SKOUFIAS,E. **The Impact of Progesa on Food Consumption**. FCND Discussion Paper nº 150.International Food Polyci Research Institute. Washington, 2006.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estud. Avançados.**, São Paulo, v. 9, n. 24, Aug. 1995.

_____, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil. In: Anais do 14o Congresso da Sociedade **Latino Americana de Nutrición**; 2006; Florianópolis, BR. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200007&lng=en&nrm=iso > Acesso 25.04.2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS.
Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas.2006 Disponível em:< www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf > acesso em 22.03.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Segurança Alimentar**. Comunicação Social, 17 maio de 2006. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=600 >Acesso em 10.04.2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS (SEDH); MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil**. Brasília, 2002. Disponível online em :< www.planalto.gov.br/consea > Acesso em 02.04.2010.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero: uma política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível online em: <www.institutocidadania.org.br/ > Acesso em 02.04.2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS (INESC) . **A era FHC e o governo Lula: transição?**, 2004. Disponível em :<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/A%20era%20FHC%20e%20o%20Governo%20Lula.pdf> > acesso em 24.06.2010.

INSTITUTO PÓLIS. Pesquisa de Opinião com beneficiários do Programa Bolsa Família. In: Jeni Vaitsman; Romulo Paes-Souza. (Org.). Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados - Volume II - Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: MDS, 2007,

ITABORAÍ, NR. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Tese de Doutorado. **Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2004.

KAPLAN, B., DUCHON, D. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study. **MIS Quaterly**. V.12, n.4, December, p.571-586, 1988. In: WOLFFENBÜTTEL, CR. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa: dois Paradigmas. FASEV, FUNDARTE/UERGS/SMED-PoA). 2009.

MONNERAT, L. G; SENNA, M.C.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Vol. 12, Núm. 6, dezembro, 2007, p. 1453-1462.

LEÃO, M.M. **A fome nos tempos de supersafras**. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 ago.2008. Disponível em:<[http:// planalto.gov.br/Consea](http://planalto.gov.br/Consea)>. Acesso em 15 jan. 2009.

MAIOR, S A. **Trajetória da Transferência de Renda: Considerações sobre o Programa Bolsa Família e Panorama atual na América Latina**. 2007? Disponível em:< <http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/3M.pdf> > Acesso em 10.03.2010.

MAGALHÃES R, BURLANDY L, SENNA MCM. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n6. p 1415-1421, 2007.

MASON, JB. (2002) Measuring hunger and malnutrition - Keynote paper. In **International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition**. Rome, 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e00.htm>.> Acesso em: 20/02/2010.

MATEI, L. **Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina.** Textos para discussão. Instituto de Estudos Latino-Americano. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009?. Disponível em:< http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/158_texto10.lauro.pdf > acesso em 25.06.2010.

MEDEIROS, BRITTO, SOARES. Transferência de Renda no Brasil. **Novos Estudos** n. 79. Nov. 2007. Disponível online em:< <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf> . Acesso em 10.12.2010.

MEGA, L.F. **Mudanças causadas pelo programa de transferência direta de renda, bolsa família, aos beneficiários de santa vitória do Palmares.** Dissertação. Mestrado de Serviço Social. Universidade Católica, Pelotas, 2008.

MELGAR-QUINÓNEZ, H.; ZUBIETA, A. C.; VALEZ, E.; WHITELAW, B.; KAISER, L. Validación de un instrumento para vigilar la inseguridad alimentaria en la Sierra de Manantlán, Jalisco. **Salud Pública de México**, v. 47, n. 6, p. 413-22, nov./dec.2005.

MESQUITA, C S. **Programa Bolsa Família: Uma análise do seu impacto e alcance social.** Dissertação de mestrado em Política Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993 .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Formulação de Políticas de Saúde.** 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível online em:< <http://nutricao.saude.gov.br/documentos/pnan.pdf> > Acesso em 20.03.2010.

MONNERAT GL, SENNA MCM, SCHOTTZ V, MAGALHÃES R, Burlandy L. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa-Família. **Ciência e Saúde Coletiva**.v. 12, n. 6, Rio de Janeiro, Nov./dez. 2007.

MOURA, A.B. **Avaliação da Eficácia do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família na cidade de Pelotas – RS.** Dissertação. Mestrado de Política Social. Escola de Serviço Social. Pelotas, 2009.

NICO, L S, BOCCHI, SCM; RUIZ, T; MOREIRA, RS. A Grounded Theory como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia. **Ciênc. saúde coletiva**, v.12 n.3 Rio de Janeiro, 2007.

NUCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS – NEPP-DH. Cúpula Mundial da Alimentação. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação**. Estante Virtual,1996. Disponível online em< <http://www.nepp-dh.ufrj.br/fao2.html>> Acesso em 28/02/2010.

OLIVEIRA, DC. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76, p.569.

OLIVEIRA, F.A.; LIMA, H. M. F. **Os programas de transferência de renda na percepção dos beneficiários**. Dissertação. Mestrado de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, 2009. Disponível online em:< <http://www.seplag.ce.gov.br/categoria2/gestao-do-conhecimento/AdautoOliveira.pdf> > Acesso em 11.12.2010

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO(FAO). **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial**, Roma: 13 nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM> >. Acesso em 16.01.2010.

PAES DE BARROS R, HENRIQUES R, MENDONÇA R. A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: Henriques R (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. cap. 1, p. 21-47. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.

PAES-SOUSA R, VAITSMAN J (Org.). Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**. Número 5 (2007). Brasília: MDS, Secretaria de avaliação e gestão da Informação, 2005.

PAES DE BARROS R, CARVALHO M de, FRANCO S, MENDONÇA R. “A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza”. In: Paes de Barros R, PAES-SOUSA R, VAITSMAN J (org.). Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: **Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

PAES DE BARROS R, CARVALHO M de, FRANCO S, Mendonça R. “**A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**”. Texto para Discussão, n. 1.258. Ipea: Rio de Janeiro, 2007.

PANIGASSI, Giseli et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad. Saúde Pública**. 2008, v.24, n.10, pp. 2376-2384.

PANIGASSI, G. **Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no município de Campinas, SP**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2005. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000389627>> Acesso em 1 de novembro de 2009.

PEREIRA, RA; SANTOS, LMP. A dimensão da insegurança alimentar. **Rev. Nutr.**, Campinas, 2010 Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25.06.2010.

PEREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORREA, AM. *Food insecurity measurement and indicators*. **Rev. Nutr.** 2008, v.21, pp. 15-26. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en> Acesso em 22/02/2010

PÉREZ-ESCAMILLA, R. (2005) **Seguridad Alimentaria Y Nutricional: Marco Conceptual**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI, 2005.

PESSANHA, L.; VANNIER-SANTOS, C.; MITCHELL, P.V. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: XVI Encontro nacional de estudos populacionais. Caxambu, MG, 29 set. a 03 out. 2008. Disponível em :< http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1489.pdf> Acesso em 28.02.2010.

PINTO, FCL. **Segurança Alimentar e Nutricional: o Programa Bolsa Família na realidade de um município na Zona da Mata Pernambucana**. 2007. 245p. Dissertação – Mestrado em Nutrição da Universidade Estadual de Pernambuco, Recife. 2007

POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO SETOR SAÚDE. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2000.

PRADO, SD *et al.* A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**. 2009, v.15, n.1, p. 7-18. Disponível online em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232009011000001&script=sci_arttext_pr> Acesso em 13.03.2010.

PROJETO FOME ZERO. **Instituto de Cidadania**. 3. versão, 2002. Disponível em:< www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf> Acesso em 20.03.2010.

RADIMER KL. Measurement of household food security in the USA and other industrialized countries. **Public Health Nutr. Serial on the Internet**. 2002. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/cabi/phn>> acesso em 21.12.2009.

REDE DE NUTRIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (REDENUTRI). **Qualidade e limitações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Textos de Sistematização** 1. Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde, 2009. Disponível online em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=997&Itemid=423> Acesso em 20.03.2010.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Glossário da pobreza e desenvolvimento humano**, 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>> Acesso em 22.03.2010.

ROCHA, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2008. Disponível online: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21.06.2010

ROCHA, EG. **Direito à alimentação : políticas públicas de segurança alimentar sob uma perspectiva democrática e constitucional**. Universidade de Brasília.(2006) Disponível em: <<http://www.openthesis.org/documents/Direito-de-alimentar-sob-uma-498515.html>> Acesso em 22/02/2010.

ROSA, T.R.S; SANTOS, G.R. **O trabalho entre os beneficiários do programa Bolsa Família em Montes Claros – MG**. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- MG. 2009. Disponível online em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/terezaraquelrosaOtrabalhoentresbeneficiariosdoprogramaBolsaFamiliaeMontesClaros.pdf>> acesso em 01.12.2010.

SALM C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: Paes de Barros R, Foguel MN, Ulyssea G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. I, cap. 8, pp. 279-298. IPEA: 2006.

SAMPAIO, MFA; KEPPLER, AW; SEGALL-CORRÊA, AM; OLIVEIRA, JTA; PANIGASSI, G; MARANHA, LK; MARIN-LEON, L; BERGAMASCO, SMPP PEREZ-ESCAMILLA, R. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n.13, v.1,p. 64-77, 2006.

SAMSON, M; KANIKI, S. Social pensions as developmental social security for Africa, **Poverty in Focus**, n. 15.2008. Disponível online em <<http://www.ipc-undp.org/pub/esp/IPCPovertyInFocus15.pdf>> Acesso em 03.03.2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como ordem simbólica**, um estudo sobre a moral dos pobres. Disponível online em:<
<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf> . Acesso em 10.11.2010

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Setor de Saúde. **Rev. Saúde Pública**, v.34, n.1, p. 104-108, 2000

SEGALL-CORREA, A M; KEPLE, A W. Contextualizando e Medindo a Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Artigos, 2007a. Disponível em:
 <
http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=1511> Acesso em 28.02.2010.

SEGALL-CORREA, AM. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados.**, São Paulo, v. 21, n. 60, Aug. 2007 . Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200012&lng=en&nrm=iso > Acesso em 18.04.2010.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. Tese. Programa de Doutorado em Economia. Faculdade de Economia do Porto, 2007. Disponível online em:<
http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf > Acesso em 01.12.2010.

SENN, M. C. M et al . Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, June 2007 . Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lng=en&nrm=iso > Acesso em 02.04.2010.

SILVA, MOS. **Os programas de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil: possibilidades e limites**.2004. Disponível em:<
http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=80 > acesso em 25.06.2010.

SILVA, M.O.S. Renda Mínima: características e tendências da experiência brasileira. In: **Renda Mínima no debate internacional**, Colóquio internacional Brasil/França/Portugal. Coletânea de textos em versão preliminar para publicação de livro. São Paulo: PUC/SP; 2001. Disponível online em:<
www.joinpp.ufma.br/jornadas/.../c70f3a76c2092a582cf0Rosilda_Marial.pdf> **Acesso em 05.12.2010**

SILVA M.C.M..ASSIS,A.M.O.; SANTANA,M.L.P; OINHEIRO,S.M.C.; SANTOS, N.S.; BRITO,E. Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar das Famílias beneficiárias: resultados para o Brasil e Regiões. In: Vaitsman J, Paes-Sousa R. (Org.).

Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados - Volume II - Bolsa Família e Assistência Social. v. 2. Brasília: 2007.

SOARES ,S. ; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Fábio Veras; MEDEIROS , Marcelo, ZEPEDA, Eduardo. Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a Desigualdade. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Novembro/Dezembro, 2007. Disponível online em < <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/38/pdfs/rd38not04.pdf> > Acesso em 05.03.2010.

SOARES S. **O Ritmo da Queda na Desigualdade no Brasil é Adequado? Evidências do Contexto Histórico e Internacional?**. Texto para Discussão, no1339. IPEA: Rio de Janeiro, maio de 2008.

_____. **Os programas de transferência de renda e o PIB.** Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=2167 > Acesso em 17.07.2010.

SCHWARZMAN, S. **Bolsa família: mitos e realidade.** *Interesse Nacional*, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Ano 2, n.7, p.20-28, Dezembro de 2009,

STEIN RH. Configuração Recente dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: Focalização e Condicionalidade. In Boschetti I, Behring ER, Santos SMM, Mioto RCT – Organizadoras. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

TRIPP. D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n.3, p. 443-466, set/nov, 2005.

VALADARES L, **Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil.** In Corporativismo e Desigualdade. IUPERJ/Rio Fundo Editora. Rio de Janeiro.1991

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania:inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan.-jun.2003.

_____. A Segurança Alimentar e Nutricional, 2004. Disponível em:< WWW.FomeZero.gov.br> Acesso em : 26.06.2010.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à Fome no Brasil:uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18,n.4, p 439-457, jul/ago. 2005.

VELOSO, A.A; CARNEIRO, M. F. B. **a importância da agricultura urbana como alternativa para problemas socioeconômicos no espaço urbano1** . I Colóquio cidade e região. UNIMONTES, Montes Claros, 2010. Disponível online em:< http://www.unimontes.br/arquivos/novidades/2010/Anais_do_I_coloquio/Agricultura_Familiar/A.pdf > Acesso em 12.12.2010.

VERAS SOARES F, SOARES S, MEDEIROS M, OSÓRIO RG. **Programas de Transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Texto para Discussão, no1228. IPEA: Rio de Janeiro, outubro de 2006.

WEBB, P.; COATES, J.; FRONGILLO, E. A.; ROGERS, B. L.; SWINDALE, A.; BILINSKY, P. Measuring household food insecurity: Why it's so important and yet so difficult do. **The Journal of Nutrition**, v. 136, p. 1404S-08S, may 2006 . Disponível online: < <http://jn.nutrition.org/content/136/5/1404S.abstract> > Acesso em 10.12.2010.

WEISSHEIMER, M.A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que esta transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível online:< http://www.fpa.org.br/uploads/Bolsa_Familia.pdf > Acesso em 15.11.2010

WILLIAM. A.R. **O caráter multifacetado da pobreza: a relação entre concepção e intervenção**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007

XAVIER, A.P.; FREIRE, S.M. **Trabalho e Políticas Compensatórias no Brasil: um debate necessário**. Disponível em online:< http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ana_Paula_Xavier_e_Silene_de_Moraes_Freire_trabalho_%20e_politicas_compensatorias_no_brasil_um_debate_necessario.pdf . Acesso em 10.12.2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1999.

YASBEK,MC. O Programa Fome Zero no Contexto da Políticas Sociais Brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v.2 n.18, p. 104-112, 2004.

ZIMMERMANN, C. Novos desafios ao Programa Bolsa Família: a transição para a Renda Básica de Cidadania. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 76, set/2007.Disponível em :< http://www.espacoacademico.com.br/076/76zimmermann_silva.htm> Acesso em 12.12.2010

APÊNDICE A

PLANO DE ENTREVISTA COM OS GRUPOS FOCAIS

ESTIMULAÇÃO DA PARTE ESPONTÂNEA

- 1- Simulação: Eu (moderador) sou nova moradora da comunidade e ouvi falar de um tal bolsa família. Vocês sabem o que é isto? Podem me explicar?
- 2- Vocês me aconselham a buscar o BF (ou usar termo da definição delas) ?
- 3- Como eu faço para receber o BF (ou usar termo da definição delas)?
- 4- Eu vou receber pra vida toda? Por quanto tempo?
- 5- Quanto tempo vocês recebem?
- 6- Se eu conseguir o _____ (BF), o que vocês acham que vai mudar na minha vida?
- 7- O que mudou na vida de vocês?
- 8- Cada uma de vocês pode citar uma mudança?
- 9- A gente engorda depois que recebe o BF? Meu filho está tão magrinho... A minha nora está grávida e não ganha peso, eu, estou cada vez mais fraca.
[Supondo que elas vão falar de poder de compra, na questão 1, 6, 7 ou 8, quando acontecer, perguntar]: Quer dizer que eu posso usar o BF (ou usar termo da definição delas) do jeito que eu quiser, do jeito que eu achar melhor?

Existe alguma regra para gastar o BF (ou usar termo da definição delas)? [fazer esta pergunta depois da anterior].

ESTIMULAÇÃO DA PARTE INDUZIDA

Se não falarem de alimentação....

Gente... tem uma coisa que me deixou curiosa, vocês não falaram sobre compra de alimentos, por que?

O que vocês compram?

Como era antes de vocês de receberem o BF?

Se citarem compra de alimentos na parte espontânea.....

Vocês falaram que com o BF compram os alimentos x, y, z etc..., quantas vezes na semana vocês comem esses alimentos (separar tipos)? A quantidade dá para toda família?

Como era antes de receberem o BF?

MEDO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM NÍVEL DOMICILIAR

Sabe porque gente...eu estou perguntando tudo isso pra vocês..meu marido me deixou

Olha eu não recebo...eu vivo preocupada se a comida vai dar...se eu vou ter comida até o fim do mês para dar para o meu filho...se vem algum trabalho pra me ajudar...vocês vivem preocupadas se o alimento vai dar para todos da família ou se vai durar até o fim do mês? Contem, pra mim, como é isso na vida de vocês:

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Há no Brasil e em muitos países do mundo uma enorme quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, em condições desumanas e submetidas à fome porque a alimentação das famílias é o primeiro aspecto prejudicado com a situação de pobreza. Os governos desses países desenvolvem políticas com programas destinados a solucionar os problemas. No Brasil, o Programa Bolsa Família foi criado como meio de garantir uma renda mínima às famílias carentes. Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto que o benefício do Programa Bolsa Família tem na segurança alimentar das famílias beneficiadas, a partir da percepção dos envolvidos. Este documento é um convite para sua inclusão no estudo. Você ao aceitar fará parte de um grupo de pessoas, que como você recebe o Bolsa Família, e que estarão juntas discutindo o que isso significa em suas vidas, principalmente sobre sua alimentação. Fica desde já esclarecido que você não terá nenhum prejuízo de qualquer natureza e que poderá desistir no momento em que decidir. Garantimos divulgar o resultado do estudo mantendo sua identidade em segredo. Caso tenha dúvida, você poderá contatar

a qualquer momento com o responsável pela pesquisa ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Centro de Dermatologia Dona Libânea

Tendo sido informado, concordo em participar da pesquisa

Nome: _____

Assinatura: _____

Local e Data: _____

RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA:

IRAMAIA BRUNO SILVA LUSTOSA (mestranda em Saúde Pública UECE)

Fone: 9973-0730 iramaibruno@gmail.com

NADIA TAVARES SOARES (professora doutora orientadora – Mestrado em Saúde Pública – UECE. **Este documento será emitido em duas vias ficando uma com o participante e outra com o pesquisador**

ANEXO A

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ANEXO B

AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
SEMAS